

6F

Acq 196259

DEBATE



Problemas da revolução brasileira



Nº 7 4º P 8785

setembro 71

A DITADURA E A HEGEMONIA DA OLIGARQUIA MONOPOLISTA

Encerramos com êste terceiro estudo nossa série de editoriais consagrados à caracterização da sociedade brasileira contemporânea e da natureza de classe da ditadura instaurada pelo golpe de estado de 64. Longe de nós, evidentemente, a pretensão ridícula de ter encerrado a discussão. Com o presente editorial terminamos uma série de estudos que nos deviam abrir perspectivas para uma compreensão marxista e revolucionária da situação atual. Porisso mesmo procuraremos agora precisar e resumir as diversas conclusões a que pudemos chegar, facilitando assim o processo de discussão que nos propomos estimular, desenvolvendo-o em todos os seus aspectos, de maneira a contribuir para que a discussão da tática e do programa dos marxistas do Brasil se fundamente num sólido conhecimento do desenvolvimento histórico das contradições do capitalismo em nosso país. São as seguintes nossas conclusões, que propomos à discussão de todos os marxistas e leninistas :

1)- O GRANDE CAPITAL TEM, EM NOSSO PAÍS, UMA BASE PRÓPRIA DE DOMINAÇÃO DE CLASSE. Com esta tese recusamos as concepções que tentam aplicar mecânicamente a nosso país análises válidas para outras situações. Em especial, negamos que exista no Brasil situação comparável à da Cuba de Batista -que é ainda a de muitos países centro-americanos, onde o poder de estado baseava-se quase exclusivamente no aparêlho policial a serviço de interesses estrangeiros, mais particularmente, a serviço do imperialismo yanque. A política da ditadura não interessa apenas "ao imperialismo" como dizem alguns, pensando terem com isto dito a última palavra. Ela interessa, ou ao menos pode interessar tôdas as classes, setôres ou camadas que de uma maneira ou de outra se beneficiam, ou podem vir a se beneficiar com a transformação monopolista de estado da economia nacional. Donde nossa segunda tese :

2)- QUEM GANHOU A VITÓRIA REACIONÁRIA DE 64 NÃO FORAM OS SETÔRES MAIS "ATRAZADOS" E SIM OS MAIS "ADIANTADOS" DAS CLASSES DOMINANTES. Não falamos aqui das bases sociais do golpe, nem mesmo de seus setôres mais "combativos", tais como as Marchadeiras, os Play-Boys e outros bandidos do MAC, e em geral de tôdas as camadas burguesas e pequeno-burguesas que serviram como massa de manobra do Grande Capital e do Latifúndio. Porque a questão não está em fazer o inventário das diferentes forças que apoiaram a quartelada de 31 de

março, e sim em saber a quem esta quartelada beneficiou. Simplificando -provisoriamente- a questão podemos dizer que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil defrontou-se com duas contradições principais, ambas características da formação histórica de sociedades de origem colonial como a nossa :

- a) a contradição entre o Capital e a Propriedade Fundiária
- b) a contradição entre a Nação e o Imperialismo

Nossa tese é de que o regime de 64 resolveu a primeira contradição em proveito do Capital, ao mesmo tempo que desenvolveu a segunda contradição na medida em que, promovendo a transformação monopolista de estado de nossa economia, alterou o conteúdo de sua relação com o sistema capitalista mundial. Com efeito -e aqui divergimos profundamente de alguns companheiros- achamos que a dependência do Brasil em relação ao sistema capitalista internacional não mais se exprime como contradição entre Nação Colonizada -ou Néo-Colonizada (é preciso pormos na cabeça de uma vez por tôdas que "nêo", "semi", "sub", etc., etc. não são conceitos, mas simples prefixos gramaticais) e Imperialismo Colonizador, mas como País Capitalista Dependente e País Capitalista Hegemônico. O que nos leva à nossa terceira tese :

3)- A INTEGRAÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA IMPERIALISTA MUNDIAL TEM UM DUPLO CONTEÚDO, DE ASSOCIAÇÃO E DE SUBORDINAÇÃO. A QUESTÃO DE SABER QUAL DÊSTES DOIS ELEMENTOS É O DETERMINANTE, É UMA QUESTÃO PRÁTICA, QUE DEPENDE DA CORRELAÇÃO DE FÔRÇAS NO SEIO DAS CLASSES DOMINANTES. Esta tese se apoia nos editoriais de DEBATE 5 e 6. Procuraremos no entanto desenvolvê-la um pouco mais, e ao mesmo tempo fundamentá-la melhor no movimento concreto da sociedade brasileira contemporânea. A "integração com o imperialismo", que frequentemente é concebida em nossa esquerda como um processo monolítico, só pode ser determinada cientificamente, isto é, através da correta aplicação do materialismo dialético, se a concebermos como unidade de contrários, a saber da Associação e da Subordinação. Já dissemos em DEBATE 6 que a principal contradição no seio das classes dominantes se exprime na alternativa BRASIL GRANDE POTÊNCIA CAPITALISTA X BRASIL SATELITE YANKEE. No primeiro caso a Associação predominará sobre a Subordinação; no segundo caso, será o inverso que se produzirá. Enquanto esta contradição não se resolve, o Brasil pratica uma política que alguns batizaram como "sub-imperialista". Podemos aceitar a fórmula desde que não se esqueça seu conteúdo dialético, seu caráter de unidade de contrários. Trata-se pois de examinar como se materializa, na cena política atual, a contradição a que nos referimos.

4)- A LUTA ENTRE LIVRE-COMÉRCIO E PROTECIONISMO AO NÍVEL DO COMÉRCIO EXTERIOR E ENTRE ESTATIZAÇÃO E "LIVRE-EMPRESA" AO NÍVEL INTERNO CONSTITUEM FORMAS ECONÔMICAS IMPORTANTES ATRAVÉS DAS QUAIS SE EXPRIME A CONTRADIÇÃO ENTRE ASSOCIAÇÃO E INTEGRAÇÃO- O protecionismo exprime a defesa global das indústrias.

instaladas no Brasil contra a concorrência das indústrias de outros países capitalistas . O protecionismo pode funcionar em dois níveis diferentes, ou melhor, de duas maneiras diferentes: de uma maneira mais larga -e mais frouxa- em favor das indústrias instaladas no país abstração feita da propriedade do Capital ; de uma maneira mais rígida, como proteção aos capitalistas nacionais. Exemplo interessante do último caso é a luta entre um grupo tradicionalmente ligado a interesses estrangeiros, a saber o grupo proprietário do jornal O Estado de São Paulo e as Indústrias Klabin S.A. As indústrias Klabin constituem a maior empresa brasileira no ramo de Gráfica e Papel, ramo que os capitalistas brasileiros controlam na base de 70% (cf. DEBATE-6). Isso por si só é motivo de irritação para o clã Mesquita, adepto incondicional dos interesses imperialistas yankees. Acresce que a mercadoria que produz o grupo Mesquita -a saber o supra-citado jornal- utiliza como matéria prima básica aquela que produz o grupo Klabin, a saber o papel de imprensa. Antes de ser ideológicas, as cóleras do Estadão contra o grupo Klabin têm razões perfeitamente materiais. No ano passado, as indústrias Klabin solicitaram do governo maior proteção contra a concorrência de grupos estrangeiros. O Estadão, em suas notas editoriais do dia 1/III/70, logo correram em defesa de seus próprios interesses, que por mera coincidência coincidem exatamente com os interesses estrangeiros. Ouçamos um pouco a argumentação do citado jornal: "Ao referir-se às dificuldades com que se defronta, parece que o que mais lamenta a indústria a que vimos aludindo (a saber a indústria Klabin), é o fato de não ser beneficiada por medidas alfandegárias que dificultem ou impeçam a entrada no país de papel estrangeiro..." Mas, prossegue o jornal "tal favor à indústria nacional acarretaria malefícios a um domínio para a Nação superior ao da própria economia, e que é o político-cultural. A política alfandegária favorece, com efeito, a elevação do preço do produto e papel caro encarece de tal modo o jornal que o povo já o não poderá mais comprar...". Em resumo, o Estadão é contra a proteção à indústria nacional de papel não porque pode comprar papel mais barato de seus amigos americanos, mas ...para que o povo possa ler!!! É possível ser mais baixamente hipócrita , mais miseravelmente mesquinho? Uma passagem mais do citado editorial revela bem o tipo de argumentação que usam, contra o capitalismo nacional, os eternos sócios dos monopólios estrangeiros : "E não é ainda só o que pretende a referida indústria : é muito mais, pois, alegando a existência de similar nacional, quer que o governo impeça os jornais de importarem qualquer quantidade de papel, até que a sua produção tenha sido totalmente vendida. Ora, com isso não podemos concordar, porque achamos que o papel produzido por aquela indústria não possui as qualidades mínimas exigidas pelas modernas máquinas rotativas". Mesmo o mito da superioridade técnica dos produtos

estrangeiros é utilizado pelo grupo Mesquita na ânsia de servir, com uma só cajadada, seus próprios interesses e os dos monopólios estrangeiros.

A esta manifestação da contradição entre os Monopólios Nacionais e os grupos e monopólios inetrnacionais -ou ligados a interesses internacionais- deve-se acrescentar a contradição (que classificamos como "mais frouxa") entre os diversos grupos internacionais e entre as sucursais de um grupo determinado que atuam no Brasil e as matrizes que atuam nos países capitalistas hegemônicos, sobretudo nos Estados Unidos. Com bem observou um sociólogo brasileiro, "na medida em que as emprêsas estrangeiras se implantam nos países dependentes, elas tendem a aplicar políticas econômicas e financeiras diferentes daquelas que aplicavam quando contentavam-se em exportar seus produtos fabricados na metrópole. Elas passam agora a defender uma política de expansão do mercado que em geral se identifica com os interesses dos capitalistas locais mais dinâmicos. Isto não significa que a concorrência entre estas emprêsas e as emprêsas nacionais seja eliminada; ao contrário, é aí que ela se exerce plenamente...". No referente à contradição entre matrizes e filiais das grandes corporações monopolistas, o mesmo sociólogo escreve: "Uma emprêsa multinacional pode perfeitamente estar interessada em exportar para regiões sob seu contrôle a partir de uma de suas filiais, mesmo se isso não coincide com os objetivos do país onde a emprêsa em questão tem seus maiores investimentos e seu centro de contrôle" (nós que sublinhamos).

No plano interno, a luta entre os partidários da "estatização" (isto é, do fortalecimento do capitalismo de estado e em geral do setor público da economia em seu conjunto) e os da "livre-emprêsa" é também uma forma de manifestação da contradição entre ASSOCIAÇÃO e SUBORDINAÇÃO, no interior do processo geral de transformação monopolista de Estado de nossa economia. Reiterando nossa tese de que a concentração monopolista da produção, e tudo que ela implica (dominação da Indústria sôbre a Agricultura, dominação da Grande Indústria sôbre a Pequena e Média Indústria, papel determinante do setor público da economia na acumulação capitalista, etc.) constituem o fenômeno determinante da sociedade brasileira contemporânea, interpretamos a contradição supra-referida (Associação X Subordinação) como luta entre as forças interessadas no desenvolvimento "nacional" e as forças interessadas no desenvolvimento "internacional" do capitalismo monopolista. As primeiras se apoiam no setor de estado e na concentração monopolista da economia brasileira; as outras no "livre-comércio" e na "livre-emprêsa", isto é, na liberdade, para os grandes monopólios estrangeiros de operarem como quizerem no território nacional. A existência objetiva desta contradição e seu caráter dominante na luta entre as diferentes camadas, setôres e correntes das classes dominantes nos levam a for-

mular duas outras teses, que constituem um desenvolvimento das que já explicitamos :

5)- A POLÍTICA ECONÔMICA DO REGIME TEM COMO OBJETIVO ESTRATÉGICO A PLENA TRANSFORMAÇÃO MONOPOLISTA DE ESTADO DA ECONOMIA NACIONAL. OS PARTIDÁRIOS DO "BRASIL GRANDE POTÊNCIA" -ISTO É DA ASSOCIAÇÃO EM PÉ DE IGUALDADE COM OS PAÍSES CAPITALISTAS METROPOLITANOS- PROCURAM SE APOIAR NO SETOR DE ESTADO E NA CONCENTRAÇÃO MONOPOLISTA DOS SETÔRES CONTROLADOS POR CAPITALISTAS BRASILEIROS. OS GRUPOS PARTIDÁRIOS DA PLENA SUBORDINAÇÃO AO IMPERIALISMO YANKEE INSISTEM NA "LIBERDADE DE COMÉRCIO E NA "LIVRE-EMPRESA". A parte final desta tese já foi comentada acima; concentremo-nos pois na questão do papel do setor estatal como eixo da política de concentração monopolista nos setôres onde os capitais nacionais são dominantes. Em seu número de 29 de agosto de 1970, a revista Visão traz interessante matéria sobre a questão ("Uma velha discussão na hora da verdade"). A posição de Visão é singularmente favorável à política econômica da ditadura, sobretudo na versão Garrastazu Médici. O que vale dizer que a revista é, no interior das diversas correntes políticas das classes dominantes, estritamente "centrista" (no mesmo sentido em que O Globo e o Estado de São Paulo, cada um à sua maneira, constituem a direita do regime, e que o albuquerquismo constitui sua esquerda). No citado artigo Visão realiza um balanço da correlação de forças e da "função" de cada um dos três grandes setores da economia nacional : o setor estatal, o capitalismo nacional e o capitalismo estrangeiro. Ouçâmo-la :

"Parece haver um consenso generalizado, entre autoridades, empresários nacionais e estrangeiros, técnicos independentes, em torno dos seguintes pontos :

1) Ao Estado cabe continuar e incrementar os investimentos de infraestrutura. A iniciativa privada compreende que alguns dêles têm de ser necessariamente super-dimensionados, com vistas ao futuro, mesmo que isso signifique aumento na carga tributária. Em compensação, o Estado precisa rever sua atuação em algumas áreas, principalmente na indústria de transformação, a fim de estudar a possibilidade de transferi-las à iniciativa privada"

"2) A iniciativa privada nacional cabe a maioria dos setores da indústria de transformação, bem como as atividades agrícolas e, na medida de suas possibilidades financeiras ou tecnológicas, o máximo possível de participação nos empreendimentos estatais ou estrangeiros. A flexibilidade e o dinamismo da iniciativa privada são mais adequados à gerência de atividades diretamente ligadas ao consumo e cuja orientação global possa ser descentralizada".

"3) Ao capital estrangeiro caberia complementar o sistema econômico, dando sua contribuição nas atividades tecnologicamente inacessíveis ao Brasil; ou naquelas cujas escalas de produção ultrapassam o gabarito do mercado inter-

no, exigindo, portanto, instalações gigantescas e vendas em escala mundial...".

Segundo Visão, tanto o "Governo" (o setor público da economia) quanto o "empresariado brasileiro", estão cumprindo com suas funções respectivas. É pois "na área do capital estrangeiro privado que as expectativas brasileiras... não têm sido satisfeitas". "A verdade é que esse tipo de investimento (ao contrário do capital público estrangeiro) não tem sido feito nem na quantidade nem com a qualidade desejável. A simples compra de empresas por companhias internacionais, o que continua a ocorrer, não responde aos desafios do desenvolvimento. A compra da Walita pela Philips, por exemplo, ocorrida recentemente, provocou surpresa e boa dose de irritação no empresariado paulista, principalmente levando em conta o fato de que a Walita era uma empresa próspera".

Entre outros pontos interessantes, a presente análise de Visão tem o de indicar mais uma das contradições das classes dominantes: a que opõe as forças que consideram que o investimento estrangeiro deve ser feito principalmente pelas grandes corporações monopolistas internacionais (pelas "empresas privadas" estrangeiras) e as forças que consideram que os investimentos estrangeiros devem se fazer principalmente sob forma de empréstimos de governo para governo. É fácil compreender que as primeiras constituem os líderes representantes da Burguesia Associada, enquanto que os outros representam o ponto de vista do nacionalismo burguês. Não fosse a falta de espaço, poderíamos reproduzir aqui inúmeros editoriais do Estado de São Paulo afirmando a prioridade dos investimentos privados estrangeiros sobre os empréstimos de governo para governo. O que comprova a coerência do dito jornal na defesa dos interesses da grande burguesia associada ao imperialismo yankee...

Mas passemos aos dados sobre a concentração monopolista no setor do capitalismo privado nacional. Esta concentração, como dissemos, vem sendo consciente e metódicamente estimulada pela política econômica da ditadura. Com efeito, numa entrevista em que definiu as metas de seu governo o ditador Garrastazu, pela boca do sr. Reis Veloso, ministro do Planejamento e elemento ligado à chamada "tecnocracia" do regime (que representa o ponto de vista dos setores da classe média radical comprometidos com a ditadura militar-burguesa, mas que por sua situação de classe são favoráveis ao capitalismo de estado), enfatizava a importância do Fundo de Modernização e Reorganização Industrial, destinado a "fortalecer as empresas de capital majoritariamente nacional através de fusões e associações, do estímulo ao reequipamento e à reorganização administrativa, principalmente das indústrias tradicionais (têxteis, alimentação e calçados) e mecânicas, onde os problemas atuais são maiores" (Veja, num. 109 de 7/10/1970). Estas fusões vêm sendo realizadas, abrangendo não somente a indústria como também o sistema bancário. A palavra de ordem desta corrente é: re-

forcemos o setor estatal para que o setor estatal reforce o setor monopolista nacional e a pequena e média empresas capitalistas nacionais. O sucesso relativo da política do trigo, que vem fortalecendo a média empresa rural capitalista no Rio Grande do Sul mostra que os marxistas-leninistas não devem subestimar esta possibilidade. Ela não deve, no entanto dar lugar a conclusões pessimistas sobre a solidez do regime: o negativo e o positivo estão sempre articulados e combinados no interior de cada processo histórico, e se é bem verdade que o sucesso relativo da tendência capitalismo de estado-monopólios nacionais- média burguesia urbana e rural, esta última constituindo a "base social" das duas primeiras, já que aquelas compreendem um número restrito de indivíduos, não é menos certo que o fortalecimento do bloco composto pela grande burguesia monopolista nacional, pela média burguesia urbana e rural, pela moderna classe média urbana e pelo conjunto das forças que se beneficiam com a transformação monopolista de estado da economia nacional acirrará as contradições no seio das classes dominantes, contribuindo ao isolamento do setor mais reacionário do regime, composto pela grande burguesia associada, pelos agentes do grande capital estrangeiro, pela oligarquia latifundiária e pelas camadas da pequena-burguesia tradicional que sobrevivem à sombra do latifúndio e que constituíram a massa de manobra do golpe de 64.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES E CONCLUSÃO:

Sobre a "estatização do crédito": o capitalista Gouvêa de Bulhões, elemento ligado aos grandes monopólios sem discriminação de bandeira, depois de apontar a estatização como fenômeno característico da presente política financeira da ditadura, expõe sua ladainha em defesa dos bancos privados, tanto nacionais como estrangeiros: "Destituídos dos depósitos a prazo e sentindo a ausência de acréscimo de depósitos a vista, pela interferência dos bancos estatais, a rede particular dos bancos nacionais enveredou pela política da abertura de agências, com a finalidade de angariar depósitos. O número de agências, entre 1950 e 1969, aumentou de 2.411 para 5.820..." "Quadro II revela que os depósitos da rede particular são da ordem de 40% do total dos depósitos. A grande proporção, de 60%, é dos bancos estatais. As imobilizações dos bancos particulares são relativamente grandes. Representam 70% do conjunto". Eis o quadro II a que se refere o sr. Bulhões:

BANCOS		Cr\$ 1.000.000	
		Depósitos	Imobilizações
Bancos par-Nacionais ticulares	Estrangeiros	11.594	1.633
		550	82
Bancos estatais	Federal	14.540	282
	Estadual	3.683	348
Totais		30.367	2.345

É prossegue o sr. Bulhões: "O Quadro III é expressivo, no que concerne à indicação das vantagens das exclusividades e privilégios dos bancos oficiais!"

Quadro III	BANCOS	Porcentagens	
		Depósitos	Empréstimos
	Particulares	40	37
	Estatais	60	63

E conclui o sr. Bulhões: "...podemos verificar que a intervenção direta do Estado no domínio econômico, como empresário em competição com a iniciativa particular, é feita com o amparo em exclusividades e privilégios". O "Governo deixou de amparar os depósitos a prazo e contribuiu para encarecer o custo dos serviços bancários" (Visão, vol.36, n.11, 6/VI/1970).

Sobre a contradição entre a burguesia associada e o bloco nacional-burguês:

Na realidade podemos distinguir três blocos nas classes dominantes brasileiras:

(1) o bloco nacional-burguês, composto pela grande e média burguesia interessada no desenvolvimento autônomo do capitalismo de monopólio em nosso país, pela classe média urbana interessada no fortalecimento do capitalismo de estado (sobretudo os técnicos e outros profissionais que vivem do setor público da economia e do aparelho de estado e a burocracia em geral) e a média empresa rural. A característica fundamental deste bloco é que pode ser neutralizado por uma plataforma anti-imperialista e anti-ditadura. As camadas da burguesia e da pequena burguesia que não exercem monopólio em suas atividades econômicas e que não estão vinculadas aos monopólios (pequenos fabricantes de auto-peças, fornecedores das grandes indústrias monopolistas, etc. estão vinculados ao grande capital) podem mesmo ser aliados das forças populares e proletárias na luta pela derrubada da autocracia militar-burguesa. (2) o bloco imperialista, composto pela grande burguesia associada, pelos agentes do grande capital monopolista internacional instalado no Brasil e pela grande empresa agrícola capitalista, sobretudo ligada à exportação. Em nossos últimos editoriais (DEBATE 5-6-7) pensamos ter mostrado que o governo Garrastazu é um governo de conciliação entre (1) e (2) e que esta conciliação se faz na base de um acordo comum sobre a necessidade de prosseguir na transformação monopolista de Estado da economia nacional. Mas que a força dirigente ainda é o bloco 2 (o bloco imperialista, que exprime os interesses da oligarquia financeira internacional). Para melhor ilustrar as posições e interesses deste bloco, seu caráter profundamente anti-social e anti-nacional, seu cinismo arrogante tanto no plano interno quanto no da política internacional, vamos citar uma obra-prima da grande burguesia contemporânea, que é um editorial do Estado de São Paulo, com data de 9/XI/69, intitulado O Brasil e a ajuda norte-americana. O texto fala por si: "Nos últimos anos, a orientação imprimida às relações econômicas norte-americano-brasileiras sofreu distorção

perniciosa, em virtude da incompreensão dos problemas fundamentais pelo então ministro das Relações Exteriores, sr. Magalhães Pinto. O que s. sa. julgou recomendável do ponto de vista nacional, foi algo de absurdo : aceitar a concepção do Departamento de Estado no tocante à natureza "multilateral" da ajuda norte-americana à América Latina. Atrás deste termo por assim dizer inocente da multilateralidade, esconde-se a determinação de tratar em termos de igualdade todos os países latino-americanos, o Brasil e o Haiti, a Argentina e o Paraguai, o Chile e a Nicarágua". "Felizmente, esse erro acaba de ser corrigido pelo governo do general Médici. O ponto de vista que defendemos é o de que Washington compreenda a realidade latino-americana. Traduz-se ela na posição de preponderância política e econômica do Brasil... Não podemos... admitir que nossas reivindicações venham a ser examinadas e decididas pelo prisma que Washington aplica às suas relações econômicas com Honduras...". Finalmente, e tendo deixado o bloco imperialista auto-caracterizar-se, indicamos o (3) bloco composto pelos setores arcaicos das classes dominantes, e especialmente pela velha oligarquia latifundiária e as camadas da burguesia e pequena burguesia rural suas dependentes. Este bloco não tem papel autônomo no regime, constituindo mero satélite do bloco imperialista, do qual espera a simples preservação de seu "statu quo", ou ao menos que lhe sejam fornecidos os meios para adequar-se à reforma agrária prussiana e em geral às condições criadas pela penetração do Capital no campo. Mas o prosseguimento da transformação monopolista de Estado de nossa economia diminuirá cada vez mais a importância, já pequena, deste bloco arcaico. É apenas para não enfraquecer a frente das classes reacionárias, para não estreitar ainda mais sua sustentação política que a ditadura procura retardar e atenuar os efeitos da luta entre Capital e Terra, que terminará necessariamente pela vitória do Capital (isto até que o proletariado revolucionário possa aplicar seu programa agrário cujas vigas mestras são a nacionalização das grandes empresas rurais e a realização da consigna "a terra a quem a trabalha".

A partir do próximo número, começaremos em nossos editoriais a discutir a tática e o programa revolucionários, bem como nosso ponto de vista sobre a formação do partido marxista-revolucionário e da frente anti-ditadura.

 ORGANIZAR EM TÔDA PARTE COLETIVOS-DEBATE !

LUTAR PELO REAGRUPAMENTO PARTIDÁRIO DOS REVOLUCIONÁRIOS MARXISTAS DO BRASIL!
 APLICAR, NAS RELAÇÕES COM AS FORÇAS NÃO-MARXISTAS DA FRENTE ANTI-DITADURA O PRINCÍPIO LENINISTA DE UNIDADE E LUTA!

FAZER TUDO PARA QUE A CLASSE OPERÁRIA BRASILEIRA CUMPRA SEU PAPEL HISTÓRICO DE COMBATENTE DE VANGUARDA CONTRA A AUTOCRACIA MILITAR-BURGUESA!

6. O PROLETARIADO E AS FÔRÇAS MILITARES

O proletariado jamais pode desdenhar as fôrças militares. E diante delas é obrigado a tomar posição, adotando uma política.

A êste propósito, num dos seus trabalhos sôbre "O papel da violência na história", Engels afirma o seguinte:

Em política não há senão duas potências decisivas : a fôrça organizada do Estado, o exército, e a fôrça desorganizada, a fôrça elementar das massas populares."

Assim, segundo o conceito marxista, as fôrças militares são a fôrça organizada do Estado.

Para que o proletariado defina sua posição perante elas, é necessário, antes de mais nada, encará-las como parte integrante do aparelho do Estado. Um instrumento do poderio do Estado, seu setor armado, instituído e organizado com o fim de assegurar o domínio das classes que o Estado representa.

Conforme a natureza do Estado, assim será a natureza de suas fôrças armadas. O Estado jamais organizará ou permitirá fôrças militares que a êle se oponham ou lhe contrariem a finalidade de dominação de classe. As fôrças militares têm uma função repressiva, conservadora. Êste o seu conteúdo de classe.

O Estado brasileiro organizou suas fôrças militares, e ao longo da história as tem utilizado com a finalidade expressa de garantir a dominação das classes dirigentes do país.

As fôrças militares brasileiras - dentro da finalidade a que se destinam - apresentam, entretanto, um aspecto significativo : elas refletem também as contradições de classe da sociedade em que vivemos.

Êste fenômeno é consequência da própria contextura das fôrças militares. Como instituição, elas não podem deixar de contar no seu seio com elementos das várias classes da sociedade brasileira.

Em nossa infraestrutura militar, a parcela preponderante origina-se do proletariado e do campesinato. A elite dirigente militar, porém, procede da pequena burguesia, da burguesia e dos latifundiários.

O processo de avanço do capitalismo no Brasil, sem despojar-se da condição de país subdesenvolvido, mas com repercussão nos fatos políticos, concorreu para modificações na composição e evolução das fôrças militares. Em certos momentos e sob determinadas condições, como no governo João Goulart, elementos não aristocráticos ascenderam a setores de comando militar até então impenetráveis a um acesso plêbeu.

A despeito de tal fenômeno, as fôrças militares têm mantido no Brasil a constância do conteúdo de classe do Estado.

É que as forças militares não são um todo amorfo, nem se limitam a refletir contradições da sociedade brasileira. O Estado dotou-as de um comando ideológico e político - um comando de classes - que não lhes permite mudar de rumo ao saber dos acontecimentos. E instituiu para isso a hierarquia e a disciplina, como armas fundamentais para livrar as forças militares dos embates mais ou menos profundos provocados pelos choques de classes da sociedade.

Nem sempre o Estado obteve êxito nesse seu propósito. A história registra momentos em que as forças militares foram levadas a mudar de posição. Isto se deveu ao fato de que as classes dominantes já não tinham condições de manter-se nas posições primitivas.

A abolição da escravatura e a proclamação da República são acontecimentos históricos que revelam como foi possível às forças militares mudarem de atitude.

É evidente que - refletindo os choques da sociedade brasileira - as forças militares, por sua maioria, em contrapartida, influíram, e pressionaram assim as classes dominantes. E com isso desempenharam objetivamente um papel dirigente.

Acontece que se tratava de um papel positivo, pois as causas abraçadas significavam um progresso, um grande passo adiante.

Semelhantemente, nos anos recentes, no período após guerra, as forças militares desempenharam um papel positivo, quando se colocaram - por uma imensa maioria - a favor do monopólio estatal do petróleo e a favor de outros postulados de cunho nacionalista e mesmo democrático (11 de novembro).

As forças militares podem exercer esse papel quando não estão em jogo interesses que põem em xeque ou ameaçam o domínio das velhas classes dirigentes. Idêntica circunstância ocorre quando se extingue o poderio de velhas classes dirigentes ou lhes é arrebatada uma parcela de poder. A condição exigida para isso é que não haja perigo de transferência de controle do Estado e de sua máquina para as mãos das massas.

A abolição da escravatura e a implantação da República, por exemplo, abalaram a velha classes dos escravocratas. Mantiveram, porém, o Estado brasileiro enfeudado ao domínio das classes exploradoras, sob o signo da conciliação entre a burguesia e o latifúndio, que se transformou em característica de nossa evolução histórica.

No caso da luta pelo petróleo e de certos pronunciamentos democráticos, que empolgaram a maioria das forças militares - como a defesa da Constituição no 11 de novembro - não havia risco de qualquer natureza para o Estado brasileiro, cuja estrutura permaneceu inalterável.

Em face, porém, do avanço das massas, ameaçando influir no poder, ou diante do perigo de mudança de qualidade na estrutura do Estado, as classes dominantes levantarão as forças militares contra as massas. Fã-lo-ão, desencadeando o golpe militar - como recurso extremo - para liquidar as liberdades democráticas.

E, se necessário, simultaneamente, alijando do interior das forças militares os elementos suspeitos ou declaradamente favoráveis ao povo, isto é, ao nacionalismo e à democracia.

Foi o que ocorreu com o golpe de 1 de abril de 1964, preparado, aliás, no interior das forças militares com o estímulo, a inspiração e o apoio do imperialismo norte-americano.

É impossível deixar de relacionar os golpes militares no Brasil com a ação do imperialismo. E isto se tornou mais evidente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos redobram seu trabalho no seio das forças militares brasileiras.

A esse respeito, vale a pena lembrar o discurso que Adalgiza Nery pronunciou na Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, e que foi publicado no "Diário da Assembléia Legislativa" do mesmo Estado com a data de 13 de novembro de 1964. Da leitura desse discurso podemos inferir as desastrosas consequências a que fomos arrastados pela assinatura e ratificação do Acôrdio Militar Brasil-Estados Unidos.

Significativo também é o que nos revela Nelson Werneck Sodré, em sua obra já citada, "História Militar do Brasil", página 403, ao afirmar:

"O grande esforço do imperialismo, sem dúvida alguma, vem sendo desenvolvido nesse sentido : o de transformar as Forças Armadas nacionais em tropa de ocupação, a seu serviço. Para isso, em todos os momentos, nos repetidos encontros de chefes militares, em cursos especiais que proporcionam e, principalmente, valendo-se das missões militares, manipulam o anticomunismo. Acabar com o comunismo, e pela violência armada, constituiria, para todas as Forças Armadas do mundo "ocidental e cristão" a missão fundamental, conjugando-as como únicas, obedientes ao mesmo comando, despojadas de características nacionais, desinteressadas dos problemas específicos de cada um dos países a que devem servir. Essa continuada e minuciosa operação de lavagem cerebral, que não pode atingir, individualmente e de perto, cada indivíduo das Forças Armadas, tem atingido, realmente, e com êxito determinados grupos delas, grupos especializados e por isso mesmo atingíveis : os do comando, os do Estado Maior, os de alguns serviços especiais. O que vem acontecendo, assim, entre nós, é a tentativa, rigorosamente planejada e executada, de ganhar o aparelho de comando das Forças Armadas porque, ganho este, como tais instituições operam por gravidade, isto é, de cima para baixo, por força da hierarquia e da disciplina, o resto vem como consequência. É preciso confessar que, realmente, o imperialismo vem conseguindo alguns êxitos espetaculares nesse sentido."

A influência e o domínio do imperialismo norte-americano no alto comando das forças armadas brasileiras exercem um papel altamente negativo.

Os fatos demonstram que, sobretudo, em consequência disso, a repressiva militar chegou a um ponto demasiado elevado nas circunstâncias atuais.

É incontestável que, em decorrência de uma relativa composição pequeno-burguesa da elite militar, e em virtude do impacto que o conhecimento da realidade brasileira provoca em muitos homens dessa elite, uma plêiade de oficiais das forças armadas brasileiras passou-se ao marxismo. Seria, entretanto, absolutamente dora de sentido não ver a constância do surgimento - quase ininterrupto - de oficiais torturadores e espancadores, de feitio nazista, em que são abundantes as três armas.

O importante é assinalar que nas forças armadas foi crescendo uma tendência reacionária e fascista, culminando com sua predominância no alto comando militar e entre os oficiais golpistas responsáveis pela abrilada.

Tal tendência cresceu e estendeu-se até a decantada teoria da geopolítica e à tese da interdependência da soberania nacional. Uma e outra - diga-se de passagem - destinadas a dar cobertura aos interesses do imperialismo norte-americano, em detrimento do sentido nacional.

A despeito de que uma parte das forças militares não aceita a tendência mencionada e simpatiza com o nacionalismo, não se pode deixar de reconhecer que o miolo das forças armadas a ela se adapta, diante do pavor infundido pela campanha anticomunista.

Um erro comum dos comunistas e das forças de esquerda em geral foi a propaganda da tese de que as forças armadas brasileiras são democráticas ou têm tradição democrática. Semelhante tese - a julgar pelo papel dos militares no desempenho atual do poder através do balanço histórico de sua atuação permanente - não tem substância marxista. Constitui - na verdade - mais uma ilusão difundida por aqueles que mais deveriam estar prevenidos contra ela.

Não tem substância marxista, porque o marxismo aprecia os fatos do ponto-de-vista histórico e do ponto-de-vista de classe. E, sob esses pontos de vista, as forças armadas brasileiras jamais deixaram de acompanhar as classes dominantes, e e têm sido, até hoje, o instrumento destinado a protegê-las e a salvá-las nos momentos difíceis.

É preciso insistir na tese de que as forças militares se identificam com o Estado e têm uma posição de classe definida, uma função repressora ante o movimento de massas e sua expansão.

É esta função coibitiva das forças armadas que sistematicamente dá origem, em seu interior, aos golpes militares antipovo.

Outra questão controvertida é saber se se pode obter o apoio das forças militares em seu conjunto para o triunfo da revolução no Brasil. A isto os marxistas respondem negativamente, pois o contrário seria fugira à tese de que as forças armadas em seu conjunto são um instrumento de repressão do Estado e se iden-

tificam com êle. Não há nenhum exemplo histórico de triunfo da revolução com a ajuda total das forças militares do Estado completamente reacionário ou simplesmente democrático-burguês, se a revolução em causa é popular, ou mesmo nacional e democrática, sob a liderança do proletariado.

Afastada a idéia de ganhar o conjunto das forças armadas para a revolução - o que constituiria um vicionarismo - resta ao proletariado adotar uma política militar, cujo objetivo seja atrair para o lado da revolução uma parte das forças armadas convencionais.

Tal objetivo é viável e pode ser atingido. Para isso, deve-se levar em conta que as forças militares são compostas de classes e refletem os choques, conflitos e colisões da sociedade brasileira, estando sujeita a dividir-se e a fender-se.

E ainda que a maioria, no interior das forças armadas, prossiga sendo o esteio da reação, sempre há uma parte - por menor que seja - que se poderá ganhar contra a reação.

Ao traçar sua política militar, o proletariado rejeita, desde logo, colocar-se sob a hegemonia da burguesia, render-lhe obediência.

O comando da burguesia - mesmo nos momentos em que um dos setores burgueses no poder ou foradêle pretende realizar reformas - é um comando vacilante, temeroso das massas e do proletariado. É um comando que ensaia a luta, mas quando os golpistas das forças armadas levantam a cabeça, acaba capitulando, como aconteceu no governo João Goulart.

Em matéria de política militar, o proletariado sofrerá uma derrota inevitável sempre que subordinar sua ação à liderança da burguesia ou alimentar ilusões num dispositivo militar-sindical.

Este foi um dos êrros capitais das forças populares e nacionalistas no curso do governo goulartiano, quando a política militar dessas forças esteve submetida à direção do setor burguês do Poder Executivo. Militares, que seguiram essa política e acabaram sendo expulsos das forças armadas pela ditadura atual, em um documento bastante significativo, fazem autocrítica, nos seguintes termos!

"Chegamos mesmo à posição reboquista, de deformação ideológica, ao supor que poderíamos manter um comando militar dentro do comando da burguesia."

Dentro do comando da burguesia evidentemente quer dizer: subordinado ao comando da burguesia. E, acrescentamos, é inútil ficar esperando pelas diretivas do comando burguês nas forças armadas, pois estas sempre fracassam pelo medo da burguesia em dar chance ao proletariado.

No documento citado, os militares a que nos referimos chegam à conclusão de que a política militar de subordinação ao comando burguês levou-os à perplexidade diante dos acontecimentos do dia 31 de março de 1964, culminando com a incapacidade de resistir mesmo com aquilo de que ainda dispunham.

Os que adotam uma política militar reboquista fogem a uma posição de classe, fogem à essência do marxismo-leninismo. Fogem também ao espírito de classe do proletariado os que pregam uma política militar esquerdizante. São os que afirmam que a política militar existe para comandar a luta armada e destruir o Estado e as próprias forças armadas.

A verdadeira política militar existe como elemento tático permanente da estratégia revolucionária. E consiste em unir os elementos militares revolucionários sob a liderança do proletariado. Simultaneamente, uni-los com o povo, com o proletariado, com os camponeses. As lutas militares devem ser combinadas com as lutas operárias e camponesas, dentro da tática e da estratégia do proletariado, entendendo-se por lutas militares também a luta nacional dentro das forças armadas.

Quando falamos em elementos militares revolucionários, é exatamente porque nem todos militares podem ser revolucionários e só uma parte deles passará para o campo da revolução.

Por outro lado, ao nos referirmos a lutas militares, queremos distinguí-las da luta armada, uma vez que esta última inclui também a participação do elemento civil e pode até assumir o aspecto de luta camponesa. Isto significa que a luta armada não é para ser desencadeada necessariamente sob a direção militar.

Uma política militar que só vê as forças armadas como uma coisa em si e só se dedica a enfrentar o trabalho político dentro delas, sem relacioná-las com o trabalho político dentro delas, sem relacioná-las com o trabalho revolucionário extramilitar, não tem condições de êxito.

Estabelecidas estas premissas e feita a ressalva de que a verdadeira política militar jamais deve subordinar-se ao comando da burguesia, resta conceituar as táticas de atuação no interior das forças armadas. Nesse sentido, o documento dos militares a que nos referimos afirma o seguinte:

"Podemos conceituar as táticas de atuação nas forças armadas como uma tática legal, ampla, podendo-se caracterizar como uma tática de massas. Uma outra, clandestina, secreta, fechada."

Do ponto-de-vista amplo, de massas, é impossível impedir que os patriotas lutem dentro e fora das forças militares pela reformulação das tarefas impostas às forças armadas brasileiras. E é nessa tecla que o proletariado deve insistir, sem ceder às pressões e à vacilação da liderança burguesa, que teme defender para as forças armadas um programa nacionalista e democrático.

Elementos desse programa encontram-se no livro de Nelson Werneck Sodré, a "História Militar do Brasil", nas Conclusões, à página 404. A elas remetemos o leitor.

Em tal programa destacamos como fundamental levantar reivindicações democratizadoras de caráter profissional, ou melhor dizendo, a democratização da es-

trutura militar, e bem assim a nacionalização do equipamento material.

É o que Nelson Werneck Sodré situa com precisão na obra citada, página 407, ao dizer :

"Torna-se pacífica e de entendimento geral a compreensão de que o equipamento material das Forças Armadas jamais poderá ser convenientemente atendido enquanto fornecido de fora, e segundo interesses que não são os nossos. Trata-se de produzir tais equipamentos, de acôrdo com as nossas verdadeiras necessidades e colocando o aparelhamento das Forças Armadas na exata correspondência com o desenvolvimento material do país, e não mais através de processos de aquisição no exterior que se colocam na mesma linha e no mesmo sentido do processo de endividamento externo e de deterioração do comércio exterior que surge, hoje, com demasiada clareza para continuar a ser aceito e tolerado. Devemos, por isso, não apenas nacionalizar o material em uso, mas a técnica de sua produção, os princípios a que seu uso obedece, os conhecimentos a que está ligado."

Do ponto-de-vista de massas, estas e outras reivindicações alicerçam uma correta política militar. Do ponto-de-vista da tática fechada, basta citar o documento dos militares já referido linhas atrás, quando afirma o seguinte:

"A tática conspirativa ilegal, no sentido primário, seria a existência de um órgão de comando coordenador independente e fora da máquina de comando da burguesia."

A conceituação das duas táticas no interior das forças militares não significa, entretanto, que elas atuem isoladamente. Pelo contrário, devem convergir para um único ponto: o isolamento da direita militar.

7. AS GUERRILHAS COMO FORMA DE LUTA

A forma de luta geral que o povo brasileiro emprega contra a ditadura é a luta de resistência de massas. Torna-se dispensável aqui tecer comentários sôbre a resistência como forma de luta geral do povo, eis que o assunto foi motivo de apreciação no livro "Por que resisti à prisão", no capítulo intitulado "O papel das forças populares e nacionalistas".

A luta de guerrilhas é - no caso brasileiro - uma das formas da luta de resistência de massas.

As guerrilhas são uma forma de luta complementar. Em si mesmas, elas não decidem da vitória final. Seja na guerra ou na luta revolucionária, elas pressupõem a existência de uma forma de luta principal. Em relação a tal princípio, os exemplos históricos das lutas de guerrilhas mostram o importante papel que elas desempenham na libertação dos povos e na derrubada das tiranias.

No Brasil, é conhecido o exemplo da luta de guerrilhas desencadeada contra a invasão dos holandeses. As guerrilhas dirigidas por Luiz Barbalho tiveram como objetivo eliminar as fontes de alimentos que abasteciam os invasores. Luiz Barbalho marchou do Rio Grande do Norte até à Bahia, passando por entre as linhas dos holandeses e alcançou o sítio onde foi construído o forte de Barbalho, ainda hoje existente no bairro do mesmo nome na cidade de Salvador.

A luta de guerrilhas de Barbalho foi combinada com a política de terra arrasada, o que — de fato — prejudicou o fornecimento de alimentos ao inimigo estrangeiro. Mas o que veio a decidir a situação, determinando a expulsão definitiva dos holandeses, foi, finalmente, a forma de luta principal — as grandes batalhas de Monte das Tabocas e dos Montes Guararapes e o cerco dos invasores, com a consequente rendição da Campina do Taborda.

Outros exemplos podem ser citados: o da Espanha, quando da invasão dos franceses; o da China, quando da guerra contra os japoneses e na luta civil contra Chiang Kai Chek; o de Cuba, com Fidel Castro à frente, acompanhado de Che Guevara e outros valorosos combatentes.

Uma luta de guerrilhas persistente e prolongada — quando ainda não existe um exército regular de combatentes do povo — leva à formação desse Exército, se for uma luta conduzida com acerto e se condições objetivas e subjetivas o permitirem.

A luta de guerrilhas constitui assim uma tática dentro da estratégia revolucionária, estratégia esta capaz de conduzir — nas condições atuais — as forças populares e nacionalistas a uma vitória.

A luta de guerrilhas é uma forma de luta política. Mas é uma forma de luta política diferente — aplicável quando a luta política já não pode resolver-se pacificamente e tem que fazer-se por outro meio. Ainda que a insurreição e a guerra civil constituam igualmente outros meios de efetuar a luta política, não resta dúvida que a luta de guerrilhas tem a vantagem de poder organizar-se mais rapidamente e com efetivos pouco numerosos a princípio. Também em qualquer momento, a luta de guerrilhas pode ser entrosada com as duas outras formas de luta referidas, quer simultaneamente ou com cada uma delas em separado.

As forças populares e nacionalistas necessitam de um poderio. Daí que, pari passu com a luta política pelos meios ainda possíveis nas cidades, seja conveniente lançar mão da guerrilha. Por meios ainda possíveis nas cidades, entendemos as mais variadas formas de protestos e manifestações, dentro da linha de resistência de massas, mesmo que a ditadura se lance contra, reprimindo, punindo, usando da violência.

Fica subentendido que a luta de guerrilhas não é inerente às cidades, não é uma forma de luta apropriada às áreas urbanas. A luta de guerrilhas é

típica do campo, das áreas rurais, onde há terreno para o movimento e onde a guerrilha pode expandir-se. Guerrilha que não se expande não preenche seu papel.

A luta política no Brasil sofreu uma mudança de qualidade. Já não há possibilidades reais de leva-la à vitória pela via eleitoral ou através de movimento de massas destinado a pressionar o governo. Convém não confundir duas coisas distintas: a utilização de possibilidades legais e a possibilidade da vitória final.

Uma coisa é utilizar as mínimas possibilidades legais nos vários terrenos, inclusive no eleitoral e no jurídico. É sempre possível e necessário trabalhar para obter vantagens, acumular forças, dar incremento à frente única antiditadura, através de processos legais. Por mais precárias que sejam as condições, tais possibilidades mínimas jamais devem ser desprezadas.

Outra coisa, entretanto, é pretender exclusivamente através dessas possibilidades chegar à vitória final.

Desde abril de 1964 estamos sob uma ditadura militar que emprega a violência e o terror contra o povo. Severas penas são aplicadas pelos tribunais aos lutadores e oponentes da ditadura. São penas mais pesadas que as do tempo do Estado Novo. Leis proibitivas — como a que dissolveu os partidos políticos e muitas outras — são baixadas inexoravelmente. Repetem-se os atos institucionais. As eleições e posse dos eleitos passaram a ser concessões da ditadura, que instituiu as eleições indiretas e a discriminação contra os candidatos, excluindo-os sistematicamente do preceito político legal. Com o que foi abolido o chamado sistema representativo, transformadas as eleições numa farsa. Os direitos individuais e sociais foram riscados, a Constituição rasgada e o arbítrio erigido em lei.

O poder é controlado pelos coronéis fascistas, senhores absolutos dos IPMs e principais responsáveis pela intromissão indevida e intolerável nos assuntos civis. Milhares de brasileiros — civis e militares — estão com direitos políticos cassados e impedidos de arranjar emprego condigno. A ditadura os reduziu à condição de marginalizados.

Os detentores do poder ocupam-se em abrir IPMs, interrogar acusados, mandar prender e condenar, desobedecer ordens de habeas - corpus. Outar atividade que os empolga é decretar leis restritivas ou fascistas, obedecer aos Estados Unidos e aplicar uma política econômico-finaceira de desastrosas consequências. Tal política paralisa o país, sobrecarrega o povo de impostos, agrava a carestia, não detém a inflação e entrega o país de portas abertas aos trustes e monopólios norte-americanos e ao governo dos Estados Unidos.

Não é difícil prever — diante deste quadro — que a situação econômi-

co-social brasileira gera condições capazes de nos impelir às guerrilhas e à guerra civil.

Os fenômenos que se operam internamente no Brasil e que levaram à derrota das forças populares e nacionalistas e podem agora arrastar-nos à guerrilha não estão desligados de fatos novos, surgidos no panorama internacional e com reflexos imediatos na América Latina e em nosso país.

Êstes fatos novos decorrem da crise geral do capitalismo, em sua terceira fase, quando se equaciona o problema da libertação dos povos, em condições assinaladas pela inexistência de uma coflagração mundial. Dêsses fatos um dos mais característicos é que as forças armadas, em certo número de países subdesenvolvidos ou recentemente libertados do colonialismo, se transformaram em pontos de apoio fundamentais do imperialismo norte americano e das forças retrógradas internas dêsses países. Depois do golpe militar no Brasil em 1964, tivemos o golpe militar da Argentina, da Indonésia, o do Congo. É de prever que outros golpes militares sejam desencadeados e que continui o processo de utilização das forças armadas convencionais de muitos países como instrumento principal na luta contra a democracia e contra a libertação dos povos. Em tais condições, alertados pelas ilusões numa vitória fácil com apoio das cúpulas e despertados para o exame da falta de preparo ante os golpes militares que os apanharam de surpresa, os revolucionários agora amargando a derrota — procurarão corrigir seus erros e passar a outras formas de luta. Alguns povos — privados da liberdade — poderão encontrar refúgio na guerrilha, deslocando a luta para as áreas rurais, abrindo uma segunda frente.

A experiência atual das lutas dos povos assinala a importância do deslocamento da ação de massas para o interior, tendo em vista a necessidade de apoiar o proletariado urbano e mudar a qualidade do movimento de oposição às forças retrógradas e à ditadura.

É no campo, entre as massas rurais, que serão encontrados os elementos, fatores e condições mais condizentes com o tipo de resistência a que somos chamados.

Tenha-se como certo que as lutas nas áreas urbanas crescerão, a despeito da repressão que lhes fará a ditadura e da perseguição que continuará movendo contra os revolucionários. Êstes, porém, disseminados no campo, poderão levar o apoio das massas rurais à luta política das cidades.

Um fator favorável é que em vários países latino-americanos, onde predominam as massas camponesas e as nacionalidades índias espoliadas, as lutas de guerrilhas tendem a comprimir-se sobre a área fronteiriça de fundo do Brasil. Tal fenômeno não poderá deixar de refletir-se entre as vastas massas rurais de nosso país.

Os revolucionários brasileiros têm como certo que a luta será decidida através da iniciativa das forças em ação dentro do país. Nada parece provar a idéia de uma luta de guerrilhas que não surja das entranhas do movimento camponês e do movimento de massas da resistência do povo brasileiro. A mais perfeita identificação com os camponeses, em seus usos, costumes, trajes, psicologia, constitui fator de decisiva importância, segundo o que se conhece de mais elementar na tática de guerrilhas. Todo princípio básico deste tipo de luta tem que resultar de uma concepção identificada com a maneira de ser que resultar do povo brasileiro, com o seu próprio cerne.

A natureza peculiar da guerrilha, pelo seu cunho irregular e pelo desapego a todo e qualquer convencionalismo militar, é incompatível com princípios táticos que não encontrem por parte do povo amparo, cobertura, apoio e a mais extensa e profunda simpatia. A guerrilha tem por isso mesmo um caráter nitidamente voluntário. Qualquer tipo de coação visando seu alargamento e expansão provocará efeito contrário.

Condicionada pela sua dependência e inteira conformidade ao tipo de resistência brasileira contra a atual ditadura, a guerrilha — nas condições políticas atuais de nosso país — terá a seu encargo fustigar as forças repressivas, impelir o campo para a luta política, incentivar o camponês à luta de classe, incorporando-o à luta geral. A guerrilha é uma das formas de plantar no fundo do país a bandeira da liberdade e da luta pela terra, pelo progresso, pela independência e a quebra do domínio norte-americano, pela abolição das injustiças dos latifundiários, por um mínimo de bem-estar e melhoria para a população rural sofredora.

O Brasil é um país cercado pela atual ditadura militar entreguista e pelos círculos dirigentes norte-americanos, a cujo serviço se encontram os traidores que empolgaram o poder.

Dentro das condições desse cerco, a guerrilha brasileira — com seu conteúdo nitidamente político — não pode deixar de significar um protesto, uma referência para a elevação da luta do nosso povo. Seria imperdoável não lhe dar a necessária continuidade e durabilidade, arriscando-a a lutar onde o inimigo tem superioridade de forças concentradas ou permitindo-lhe aventurar-se a travar batalhas ou mesmo combates decisivos com as forças da reação.

Ninguém espera que a guerrilha seja o sinal para o levante popular ou para a súbita proliferação de focos insurrecionais. Nada disso. A guerrilha será o estímulo para o prosseguimento da luta de resistência por toda parte. Para o aprofundamento da luta pela formação da frente única antiditadura. Para o esforço final da luta de conjunto, de todos os brasileiros, luta que acabará pondo por terra a ditadura.

O Caminho Operário na luta Contra a Ditadura

(do jornal clandestino " O Círculo " .)

O mundo contemporâneo está marcado por um processo de mudanças tecnológicas muito profundo. Para que possa acompanhar tais mudanças, a indústria dos países capitalistas avançados é obrigada a absolver novos processos muito rapidamente. Uma das maneiras de eliminar os antigos processos é colocar equipamento obsoleto nos países atrasados como o Brasil.

Esta transferência de tecnologia deve ser comandada pelos centros imperialistas, para que a colaboração antagônica, que existe entre os países centrais e os países periféricos, não chegue ao ponto de ruptura. Daí a necessidade de se promover a integração econômica, que redunde na desnacionalização da economia mais fraca.

No Brasil, o processo de integração aparecia como única alternativa válida, para uma ruptura que se aproximava e, no nível de tensão em que se situavam as relações entre os Estados Unidos e o Brasil, só a ditadura militar poderia representar convenientemente o papel de avalista de um governo burguês mas, para ser imposta esta solução teria de se acompanhar de violência contra as forças populares.

Em contrapartida de sua lealdade aos interesses da burguesia americana, o exército brasileiro pretendia obter o reconhecimento do governo americano, para sua política de hegemonia em relação à América do Sul. A política dos militares para o país, norteia-se pela necessidade de fortalecimento do capitalismo, no plano mundial, isto é, de luta pela integração econômica e de apoio irrestrito à política imperialista. Mas para poder impor sua tutela ao país, são obrigados a conciliar os interesses internos da classe dominante, como a política hegemônica dos Estados Unidos, no continente.

No plano político, a atitude dos militares é simplesmente o reflexo de uma opção consciente do empresariado brasileiro, pela divisão internacional do trabalho e pela integração dos mercados que interessa à expansão imperialista.

A tutela militar se coloca na perspectiva da integração econômica, sob comando imperialista e de reação contra o desenvolvimento do socialismo no mundo. Sendo o braço do imperialismo, no Brasil, a ditadura procura impor aos trabalhadores um ritmo de super-exploração do trabalho, para que o país possa acompanhar o atual estágio de expansão dos países capitalistas avançados.

Para os países subdesenvolvidos a integração representa super-exploração do trabalho e desnacionalização da economia. O apoio à política mundial do imperialismo representa repressão política contra os trabalhadores e os revolucionários. A super-exploração do trabalho significa para a classe operária brasileira, uma luta sem tréguas dos patrões, para privá-la de suas organizações de luta, e repressão violenta contra os militantes que se opõem à despolitização dos trabalhadores.

Os grandes capitalistas já aprenderam que este tipo de política tem de ser imposta. O novo estilo de política inaugurado pela ditadura, de submissão completa dos políticos profissionais, ocupação dos postos-chaves do aparelho do estado pelos militares, inauguração de uma nova política econômica financeira, esvaziamento dos órgãos de classe e dissolução dos partidos políticos; tem um objetivo bem definido. Ao aceitar a tutela dos militares a classe capitalista desejava, antes de tudo, a neutralização de seu verdadeiro inimigo de classe, os trabalhadores. É claro que a ditadura militar cairá um dia, vítima de sua própria inconsistência política, mas antes tentará cumprir o papel, que lhe atribuíram, o de liquidar politicamente a classe operária.

O que os militares ignoram, e aí está o exemplo da Argentina, é a grande superioridade política e combativa do proletariado em relação à burguesia. Além do mais, as forças do trabalhador brasileiro não estão esgotadas, e ele já deu mostras de seu espírito combativo, mesmo depois de 1964. A implantação de um estado policial no Brasil não foi tranquila. Sua instituição foi precedida de sobresalto que marcaram profundamente a fisionomia política do país. Os três governos que se sucederam, após 1964, sofreram a influência desta instabilidade política que toma cada vez mais o aspecto de uma oposição de classes irreductível, ao mesmo tempo que a política refor-

mista, dita de redemocratização, se mostrava inviável; e que os pequenos grupos de intelectuais de esquerda se fracionavam, desgastando-se e isolando-se da massa.

Ao prosseguir no atual ritmo, o processo de desenvolvimento vai aprofundar a luta de classes e trazer para o primeiro plano da cena política o confronto entre a classe trabalhadora e o empresariado. O resultado desse confronto dependerá do nível de consciência política e de organização do proletariado.

A ascensão da direita e a consolidação do militarismo provocou a desintegração do aparelho reformista que comandava as forças de esquerda e enquadrava a classe operária, para que ela marchasse a reboque dos interesses patronais. Mas a superação do reformismo, ao invés de se dar com a elevação do nível organizatório e político da classe operária, deixou um vazio em torno de si. A esquerda revolucionária, cuja característica principal, antes do golpe de estado, era o desconhecimento da massa, continua sendo constituída por grupos políticos da classe média radicalizada, incapazes de dirigir e orientar a luta dos trabalhadores, incapazes mesmo de se vincular às massas.

A classe média sofreu, com a mudança política ocorrida no país, um impacto de fundo psicológico, muito maior que as outras classes exploradas. Ela se viu subitamente privada do clima de relativa liberdade intelectual e de discussão, que existiu entre 1945 e 1964. Setores muito grandes das classes médias caíram num processo de empobrecimento. A sua camada mais intelectualizada, representada por estudantes, técnicos e profissionais liberais, adquiriu, facilmente, uma mentalidade ultra-revolucionária, mas foi incapaz de conservar a serenidade, a clareza política e o senso de organização, que a luta contra o inimigo poderoso exige. O pequeno burguês, traumatizado com a face cruel do capitalismo, foi presa fácil para o foquismo, principalmente, depois que êle ganhou as honras de doutrina oficial exclusiva da América Latina. Mas, logo o foquismo mostrou sua verdadeira natureza, marcada pela inconsistência política e pela facilidade em idealizar as situações mais fantásticas.

Um balanço imparcial do foquismo mostra sua incapacidade para entender que, antes de começar uma ação política ou mili-

tar é necessário avaliar com estrita honestidade e objetividade a força relativa de cada inimigo em confronto. Ao invés disto, os foquistas substituíram o estudo da estratégia e da tática pelo terror individual, que procuram confundir com o terror de classe e, por uma atitude de superioridade grosseira e paternalista em relação à classe operária. O resultado é que o distanciamento entre os trabalhadores e a classe média radical aumenta, isolando-a em posições cada vez mais idealistas. Incapaz de formular uma perspectiva de luta válida para a massa, entroniza uma forma de luta, superpondo-a à própria luta de classes e substitui a estratégia por uma tática global, apenas mais uma palavra ôca, que antes acentua o labirinto ideológico em que se meteu.

A grande falha dos intelectuais de esquerda tem sido a incapacidade para enxergar o conjunto dos problemas perdendo-se no aspecto da luta contra a ditadura, pela conquista das liberdades políticas, como de resto, também procura fazer o MDB, a seu modo.

Ao pretender a falência da classe operária, os intelectuais de esquerda dão a si mesmos um atestado de incompetência. O que deixa o trabalhador perplexo e arredio é a falta de perspectiva política das facções de esquerda. O trabalhador está farto de saber que uma luta decisiva exige uma organização sólida, e que esta organização não existe. O que preocupa o trabalhador não é o poderio do aparato militar da classe dominante, nem mesmo a necessidade da luta armada. O que leva os operários a se ausentar é a falta de uma direção política. O marasmo aparente do trabalhador se transformará em agressividade revolucionária no momento que estiverem maduras as condições para o surgimento do seu partido, o partido da revolução brasileira.

Atualmente os métodos de luta individualistas da classe média já estão superados. O único papel positivo que pode caber ao intelectual revolucionário é participar ativamente na educação política do povo e na organização revolucionária dos trabalhadores. Relegar a organização da classe operária e a educação popular a segundo plano, ou ignorá-la, não subordinar a ela todos os objetivos do movimento político é seguir um falso rumo. Tentar subordinar a organização dos trabalhadores a uma forma particular de luta é pro-

va de inconseqüência. E, contribuem para fomentar a inconseqüência, os que procuram combater o governo escudados apenas na coesão interna de grupos clandestinos, afastados do movimento operário; os que não acreditam na educação revolucionária das massas; os que, desencantados com a falta de entusiasmo da classe operária pelos métodos anarquistas de luta, assumem para com ela uma atitude paternalista.

O sistema de defesa montado pela burguesia é uma fortaleza, comparado com os escassos meios de que dispõem hoje as forças revolucionárias. A investida cega realizada pelos intelectuais de esquerda provou também que a ditadura não hesita em liquidar impiedosamente os que se lançam contra ela isolados.

Essa fortaleza só poderá ser derrubada, pelo ataque unido de tôdas as forças revolucionárias, sob o comando político da classe operária. O estado policial tem uma tendência irresistível à destruição das manifestações mais elementares de democracia que existem no capitalismo. A tarefa de seu aparelho repressivo não é somente destruir os elementos revolucionários da sociedade, mas também e principalmente, manter imobilizado e fragmentado o operariado e as demais classes que tenham uma potência revolucionária.

É necessário compreender que o fundamental para a ditadura, não é a eliminação física de alguns ativistas. O que importa de seu ponto de vista de classe, é a destruição de tôdas as bases de apoio da classe operária, é impedir que os trabalhadores se organizem.

O movimento revolucionário não pode seguir as tendências da moda. Ele é a própria classe operária em movimento e, como tal, deve programar sua ação. A força da repressão, o movimento revolucionário deve opor uma classe operária organizada, armada política e ideologicamente para a luta. Para o movimento revolucionário não pode haver métodos infalíveis. Tôdas as formas de luta são válidas, e devem ser usadas de acôrdo com a situação; levando-se em conta o grau de aprofundamento da luta política. Para o movimento revolucionário não há panacéia universal. O único critério válido é a luta concreta de massa, a classe operária à frente. O papel do movimento revolucionário é sistematizar e aprofundar tôdas as formas de luta.

A luta pelas liberdades políticas; a ação direta contra os agentes da ditadura; as denúncias públicas contra os crimes do governo militar; a luta pela defesa do povo;; as mobilizações nos locais de trabalho, são apenas escaramuças, os sinais precursores dos grandes combates que irão liquidar, de vez, com a opressão de classe.

Pelo conteúdo de sua luta, contra o processo de integração econômica comandado pela burguesia imperialista americana, e aceita pacificamente pelo empresariado brasileiro e seu governo militar, a luta do proletariado brasileiro brasileiro é uma luta revolucionária, pois prepara a eclosão da guerra do povo contra seus espoliadores brasileiros e estrangeiros.

Apesar de tôdas as demonstrações de fôrça policial e dos alardeados sucessos econômicos e administrativos da burocracia, o governo não pode esconder que o país atravessa uma crise política profunda. A classe trabalhadora acha-se ainda muito fraca, política e organizativamente, Falta-lhe uma organização e uma perspectiva política clara. Por isso mesmo, tem de opor à ofensiva imperialista uma estratégia defensiva, baseada na acumulação de fôrças, em que se alterna a pressão econômica e a luta pelas liberdades políticas, até que ela tenha condições para um confronto direto.

Até poder mudar de uma estratégia defensiva, para outra, de caráter ofensivo, visando o contrôle operário, a dualidade de poder e a guerra popular, é necessário preparar as premissas de uma luta de classes aguda. Apesar de ter sofrido uma derrota grave para a classe dominante e de ter passado por um longo periodo, em que foi conduzida à colaboração de classes por suas lideranças, a classe operária é, objetivamente, a mais avançada politicamente, e procura, apesar da incosenquência dos movimentos políticos, criar as condições para o exercício de sua liderança revolucionária sôbre as demais classes sociais.

Para que a balança da luta possa pender para o lado do povo é preciso, em primeiro lugar, construir a organização revolucionária dos trabalhadores, fortalecer a consciência revolucionária da classe operária e preparar a frente única revolucionária sob o comando dos trabalhadores. A mobilização e a organização revolucionária dos trabalhadores já será, por si só, um golpe frontal na po-

lítica hegemônica da burguesia brasileira. Para uma luta política consequente, o povo brasileiro precisa construir sua unidade em torno dos objetivos políticos revolucionários da classe trabalhadora. A unidade revolucionária se constrói num processo contínuo, em que as formas de luta são as mais variadas, indo desde as reivindicações econômicas, até as paralizações de trabalho, as manifestações de rua, e o enfrentamento armado, contra os agentes da repressão.

Na medida que, os conflitos aumentarem de intensidade, eles passarão a interessar diretamente, não apenas alguns grupos de ativistas, ou uma classe. Eles promoverão a coesão dos grupos sociais em luta, e os trabalhadores sentirão que é chegada a hora da ação unitária, da unidade de defesa contra o inimigo de classe. Os grupos que se colocarem à margem da tendência unitária de classe estarão condenando-se ao fracasso.

A burguesia tem ainda condições de impor soluções capitalistas ao país. Mas, estas soluções exigem implantação de um estado policial, marcado pela dominação da burocracia, da polícia e dos militares. A tensão social não deixa de existir entretanto, apenas porque a classe dominante dispõe de um sólido dispositivo policial-militar. Ela pode permanecer latente, mas virá a tona no momento em que os dois contendores estiverem em condições de se defrontar, provocando a ruptura do equilíbrio precário em que se assenta a dominação de classe.

A ruptura do equilíbrio social poderá se dar em favor da classe trabalhadora se ela tiver construído desde já, as bases para sua política revolucionária. É chegada a hora de promover arregimentação dos elementos mais conscientes da classe operária, para uma mobilização, de envergadura nacional. A ação revolucionária se constrói neste momento ao se lançar as bases da organização revolucionária dos trabalhadores, ao se organizar a frente única revolucionária, ao se formar novos militantes para a luta de massas revolucionárias no Brasil.

LEIA, DISCUTA, DIVULGUE, CRITIQUE, COLABORE COM DEBATE!

DEBATE, Órgão de reagrupamento dos marxistas revolucionários do Brasil!

DEBATE, instrumento de elaboração teórica e de luta ideológica dos marxistas-leninistas, a serviço da Resistência Popular à ditadura, da libertação do povo brasileiro, do socialismo.

Apresentação do documento
pela Redação de DEBATE:

TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN

O boletim DEBATE, aceitando a proposta que lhe fez a TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN de publicar o documento Uma Autocrítica Necessária, toma publicamente posição no sentido de considerar a iniciativa destes companheiros da ALN como um momento extremamente importante no processo de renovação do movimento marxista e revolucionário do Brasil.

Afirmando a imperiosa necessidade de se proceder a um exame crítico e auto-crítico da experiência de luta revolucionária dos últimos anos, estimulando na prática este exame indispensável através de um documento dirigido não somente aos militantes da ALN, mas "a todos os marxistas-leninistas", já que a todos eles cabe lutar pela "formação do partido marxista-revolucionário", os leninistas da ALN rompem corajosamente com o vanguardismo militarista - não somente com suas manifestações mais aberrantes (por exemplo na "teoria" de que na "primeira fase da revolução" as massas serão mera massa de manobra de um punhado de guerrilheiros iluminados), mas também com suas formas mais sutis, e porisso mesmo mais perigosas politicamente, tais como elas se manifestam nas teses dos que revestem de uma linguagem "marxista" e "proletária" a tentativa de prosseguir nos erros da guerrilha urbana, que vêm se agravando cada vez mais na medida em que o radicalismo de classe média se tornou a ideologia dominante no seio da Resistência Armada.

O caráter profundamente marxista do documento se revela também no método que os companheiros da TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN preconizam para levar adiante sua discussão. Em vez de circunscrevê-la ao âmbito estreito dos pequenos núcleos que, por considerarem que já são a vanguarda ou o partido da Revolução isolam-se arrogantemente da grande maioria dos que querem lutar pela derrubada da ditadura e pela transformação socialista da sociedade brasileira, os companheiros esforçam-se por torná-la a mais ampla possível, de maneira que a renovação do marxismo revolucionário no Brasil seja a convergência de muitos e não a suficiência de alguns.

Mas deixemos a palavra aos companheiros da TENDÊNCIA LENINISTA.

DEBATE, setembro de 1971.

UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA (para discussão)

Uma observação ainda que superficial da atual situação política do movimento revolucionário brasileiro evidência de um modo gritante o total desligamento das massas dos diversos grupos armados que atuam no país. Para enfrentar essa situação desenvolvemos dentro da Ação Libertadora Nacional (ALN) uma luta interna cujo centro é a proposta para que a organização faça uma autocrítica profunda da sua política, da sua estrutura e dos seus métodos. Desde há muito que preconizamos essa autocrítica. No entanto, por falta de clareza, conciliamos em diversas oportunidades na luta interna. A própria necessidade de combater as idéias pacifistas e o impacto de uma série de ações armadas realizadas com sucesso, o que nos empolgava, contribuíram em muito para não se ter uma visão correta da verdadeira natureza dos nossos erros.

Uma análise mais profunda da história e do desenvolvimento da ALN nos revela que os sérios golpes que recebemos não são somente devidos a um brutal sistema repressivo que a ditadura militar, assessorada e orientada pelo imperialismo norte-americano, pôs em prática. Nesse sentido poderíamos dizer que as revoluções mais importantes de nossa época foram conduzidas sob uma repressão policial igual ou maior do que a vigente no Brasil e, nem por isso deixaram de ser vitoriosas. A própria luta contra o nazi-fascismo é uma demonstração cabal de que a mais bestial repressão que a história conhece, repetida hoje em dia pelos norte-americanos no Vietnã, não conseguiu destruir a luta dos movimentos clandestinos.

A luta armada foi iniciada em 1968 no ascenso do movimento de massas. As primeiras ações armadas nas grandes cidades ocorreram num período em que eram desencadeadas greves camponesas no Nordeste, greves operárias nos principais centros metalúrgicos de S. Paulo e Minas Gerais e, também quando eram realizadas as formidáveis manifestações de protesto do movimento estudantil por todo o país.

Creemos também que esta fora de cogitações o raciocínio simplista de que o surto de desenvolvimento econômico alcançado nos centros industriais do país no biênio 69/70 seja o responsável pelo progressivo afastamento do povo do movimento de luta armada. Em nossa opinião o que a ditadura militar, em sua ofensiva propagandista no interior e exterior do país, chama de o "milagre brasileiro" — o elevado crescimento do produto nacional bruto no biênio 69/70 — ainda que tenha melhorado a situação de setores da classe média urbana e da reduzida faixa de operários altamente qualificados nos grandes centros industriais como evidencia o aumento do salário

médio real nos últimos anos, a verdade é que a classe operária e as grandes massas se pauperizaram cada vez mais, pois o salário mínimo real não tem deixado de cair desde o golpe de 1964 e o fez de um modo mais acentuado no biênio 69/70, correspondente ao que os economistas burgueses chamam "boom" da economia brasileira.

Resulta pois claro, que o desenvolvimento em curso significa, nas condições de país neo colonizado que é o Brasil, um brutal aumento da exploração das massas através da manutenção de uma política de "arrôcho salarial" é de intervenção e controle das organizações de massa, principalmente dos sindicatos, somente possível nos quadros de uma ditadura militar fascista.

É importante também observar que esse desenvolvimento ocorre numa época em que o capital financeiro, através do controle do mercado de capitais aprofunda o processo de fusão das empresas, particularmente as da burguesia monopolista, com os grandes monopólios internacionais. Como a maioria da burguesia monopolista brasileira tem em suas mãos grandes propriedades rurais, o fenômeno da associação com monopólios estrangeiros não se verifica somente no setor industrial, mas se estende também à agricultura. Por outro lado, é importante assinalar que as maiores propriedades rurais em nosso país pertencem a empresas estrangeiras, inclusive algumas delas que detem o monopólio da comercialização de diversos produtos agrícolas.

Nessa situação, esse desenvolvimento engendra e aprofunda um complexo de contradições entre as quais podemos citar: a) obstaculiza uma reforma agrária que possibilitaria a criação de um mercado interno maior ou senão põe em marcha uma reforma agrária prussiana, em que a penetração capitalista no campo, à base de uma tecnologia moderna, leva a um regime de assalariado agrícola ou de desemprego a um contingente significativo das massas camponesas, empobrecendo-as ainda mais; b) por outro lado, o atual surto desenvolvimentista aumenta as disparidades regionais entre o centro-sul, onde de fato ele ocorre, com outras regiões empobrecidas do país, especialmente o nordeste; c) um significativo número de pequenas e médias empresas que não exercem monopólio em suas atividades são marginalizadas pela política econômica da ditadura, voltada para os interesses dos monopólios imperialistas e da burguesia associada; d) finalmente, não há que esquecer que a persistência de uma estrutura agrária arcaica, impossibilitando uma significativa ampliação do mercado interno, impõe a necessidade de uma agressiva política de exportações que por sua vez determina uma política expansionista para o país.

Também não se deve deixar de observar que o processo de melhoria do

salário médio real de setores da classe média urbana é, nas condições brasileiras, transitório e de curta duração, dada a dependência e a instabilidade de uma economia com base nas inversões dos grandes grupos monopolistas, principalmente do imperialismo norte-americano.

Ora, a verdade é que nem a repressão brutal, nem o surto desenvolvimentista podem ser responsabilizados pelo nosso desligamento das massas. Como vimos, no Brasil, o desenvolvimento econômico significa sempre um aumento das contradições econômicas e socio-políticas e em consequência uma agudização da luta de classes. O terror desencadeado pela ditadura militar ao prender, espancar, torturar e assassinar milhares de patriotas e revolucionários, se por um lado atemoriza as massas, por outro, produz um sentimento de revolta contra essas ações criminosas, dando como consequência um acúmulo de ódio bastante explosivo contra a ditadura.

Por isso é que devemos buscar as causas de nossos fracassos em nossos erros, fundamentalmente em uma concepção errônea de como levar a frente nossa revolução e de uma estrutura de organização completamente inadequada as tarefas que se propôs a desenvolver.

É em virtude desse modo de ver as coisas que propomos aos companheiros da organização um profundo processo autocrítico para se responder o porque estamos isolados das massas, o porque não se desencadeou a guerrilha rural em 1969 como havia sido anunciado, o porque sofremos perdas tão importantes como a de Marighella, Camara Ferreira e outros heróicos combatentes, o porque temos hoje em dia nas prisões centenas de militantes e milhares de aliados, o porque há um processo em curso não somente na ALN, mas em todas as organizações de uma crescente atomização em grupos e sub-grupos, em permanente luta interna, etc.

Em nossa opinião a ALN necessita retomar no fundamental a linha política aprovada pelos comunistas de São Paulo em sua conferência de abril de 1967, quando foi eleito para a direção do movimento o companheiro Carlos Marighella. Nessa oportunidade, os comunistas de São Paulo aprovaram a concepção marxista-leninista da revolução como obra das massas, deixando claro que a violência das classes dominantes expressa na ditadura militar facista determina a via armada para a tomada do poder político. Na resolução da conferência se enfatizava o trabalho político com as massas, em especial com a classe operária das grandes empresas industriais onde se deveria construir partido, sem o qual as tarefas da revolução não poderiam ser levadas adiante.

A conferência dos companheiros comunistas de São Paulo, ao esmagar

as teses reformistas baseadas na ilusão de classe da conquista pacífica do poder político a reboque dos políticos progressistas da burguesia, propiciou uma importante vitória na luta ideológica para o estabelecimento de uma correta linha política para a revolução. A conferência acentuou o caráter nacional-libertador do processo revolucionário em curso, preconizando a conquista do poder político utilizando a luta armada como forma principal de luta. A conferência também preconizou a liquidação do atual aparelho burocrático militar da ditadura e a formação de um governo popular com a participação de todas as classes e camadas interessadas no processo nacional-libertador, como fase de transição para a construção do socialismo.

A razão básica de nossos erros residiu fundamentalmente no desvio da linha aprovada nessa conferência. Cremos que isto ocorreu devido principalmente a dois fatores: 1) o enorme afluxo de elementos da pequena burguesia radical, notadamente de estudantes, para a organização; 2) a intensa penetração ideológica das teses sistematizadas pelo intelectual francês Régis Debray, principalmente entre os elementos oriundos da pequena burguesia radical. Nessas condições foi possível introduzir na organização o que denominamos o contrabando ideológico do debrayismo.

É importante hoje em dia criticar a teoria debrayista porque apesar dos enormes prejuízos que causou ao processo da nossa revolução, contra ela são levantadas pelas organizações revolucionárias apenas críticas "técnicas" quanto a viabilidade prática ou não do foco guerrilheiro.

Nenhuma crítica vinda do movimento de luta armada é radical no sentido de rejeitar o cerne da teoria debrayista, que consiste na revisão do leninismo sobre a questão da necessidade de um destacamento de vanguarda da classe operária -- de um partido de novo tipo -- para dirigir a revolução.

Partindo, em nossa opinião de uma interpretação errônea da revolução cubana, o intelectual francês nega a necessidade do partido leninista para levar a cabo a revolução nas condições da América Latina, propondo a sua substituição pela "coluna móvel estratégica" que seria a direção político-militar para a qual convergiria a atenção das grandes massas a partir dos enfrentamentos iniciais do foco guerrilheiro. Apesar das críticas como dissemos "técnicas" ao foco guerrilheiro feitas por nossa organização, chegando inclusive a se declarar "anti-foquista", o principal objetivo estratégico é ainda o estabelecimento no interior do país da "coluna móvel", o que significa na prática adotar a mais importante tese debrayista.

Nas condições brasileiras, a adoção das teses debrayistas equivale, como de fato se deu na prática das organizações revolucionárias, a dar as

costas a um proletariado aproximado de 20 milhões, abdicando de sua mobilização e organização a partir de suas reivindicações mais elementares, "simplificando" o processo revolucionário ao estabelecer que um conjunto de combatentes, em sua maioria de extração estudantil, bem treinados e equipados - a coluna móvel estratégica - de fora da classe operária, seria um poderoso estímulo para sua mobilização e aglutinação. Evidentemente, a questão de fundo está na disputa da hegemonia da revolução, que a pequena burguesia radical há de sempre lutar para reter em suas mãos, procurando resolver o problema do poder pela fórmula paternalista da "coluna móvel", em que meia dúzia de iluminados fariam a revolução para as massas. Apesar de em palavras os defensores da linha militarista apregoarem mecânicamente a necessidade de uma revolução a longo prazo, com a participação das massas, toda sua prática demonstra o contrário, isto é, ter as massas como massa de manobra, limitar a sua intervenção no processo, buscando sempre uma solução a curto prazo para preservar a hegemonia da pequena burguesia radical na revolução.

Essa falsa concepção de revolução e ainda a adesão incondicional ao esquema artificial da OLAS deu como consequência uma prática revolucionária que consistia em desenvolver ações nas cidades visando obter recursos materiais - dinheiro, armas e explosivos - para lançar a guerrilha rural através de uma coluna cujo núcleo mais importante houvesse sido treinado militarmente no exterior. Nessas condições a expropriação de bancos foi erigida como critério de uma política de quadros : o "vestibular" que credenciava um quadro era se havia participado ou não de uma ação expropriatória. A necessidade de auto-afirmação pequeno-burguesa de muitos se ajustava ao "critério" seletivo. Progressivamente, o justo critério leninista, que no fundamental avalia o quadro pela sua capacidade de organizar as forças motrizes da revolução - os operários, os camponeses, a pequena burguesia, especialmente os estudantes e intelectuais revolucionários - foi abandonado.

Em consequência o trabalho político foi deixado de lado, pois as ações expropriatórias eram de caráter estritamente militar, sem nenhuma relação com qualquer problema das massas e obviamente sem a sua participação.

Esse era o "caminho" a seguir pois o que se objetivava era o acúmulo de recursos materiais para o lançamento da coluna guerrilheira, que seria o centro aglutinador e mobilizador das massas, o instrumento de todo o trabalho político.

Nessas condições foi desenvolvido o culto ao guerrilheiro urbano - não restrito e limitado sentido daqueles elementos que eram capazes de participar de uma ação expropriatória - chegando-se ao ponto de considerar "heresia" o trabalho político com as massas. Refletindo a ideologia da pequena burguesia

radical, refratária a disciplina proletária, foi criado o conceito de "liberdade tática" ou "autonomismo" para os grupos que realizavam ações armadas. Chegou-se a escrever que se a coordenação era um entrave a realização de uma ação, porque quisesse discuti-la politicamente, então que não se levasse em conta a coordenação e se fizesse a ação.

É claro que em nosso movimento de luta armada havia uma reação imensa contra a passividade das velhas direções esclerosadas no trabalho rotineiro de uma linha política pacifista e reboquista que as imobilizava. Mari-ghella expressa essa reação justa e necessária e, não se pode esquecer de salientar nessa autocrítica a decisiva contribuição do nosso movimento revolucionário no sentido de demonstrar que é possível a luta armada em nosso país contra a passividade das correntes burocráticas de todos os matizes, inclusive aquelas que falam de uma luta armada que jamais praticaram. O movimento de luta armada teve o mérito de derrotar o pensamento pacifista resultado da influência ideológica da burguesia. Hoje a linha militarista — o desvio de "esquerda"— revela o seu total conteúdo direitista ao objetivamente dar à corrente pacifista burguesa os "argumentos" para negar a luta armada, para não falarmos no trabalho político contra-revolucionário que a ditadura militar fascista, em sua propagandista, tem feito baseada nos erros que cometemos.

Por isso, a autocrítica que apresentamos não deve ser confundida com uma visão pessimista da revolução. Pelo contrário, somente ela permitirá a elaboração de uma correta linha política e a estruturação de uma organização leninista capaz de pô-la em prática de um modo conseqüente. Nossa luta ideológica visa basicamente derrotar as duas tendências — a pacifista, de fundo burgues que procura lançar ao descrédito a via armada da revolução e a militarista também burguesa, pois isolando as organizações revolucionárias das massas pelo desvio "esquerdistas" também leva a desmoralização da luta armada. São duas tendências que em realidade são as faces opostas de uma mesma moeda, duas manifestações, uma de direita e outra de "esquerda" da mesma ideologia burguesa que penetrou intensamente na esquerda brasileira.

No encaminhamento da luta interna que desenvolvemos dentro da ALN em torno do ponto de vista autocrítico acima, estamos propondo aos companheiros o debate das seguintes questões que reputamos fundamentais:

I - a questão da estratégia nacional-libertadora e democrática e o programa da revolução

Partindo do fato de que os inimigos principais de nosso povo são o imperialismo norte-americano, a burguesia monopolista a êle associada e os grandes proprietários de terra e que somente podem manter a sua domina

ção e exploração através de uma ditadura militar fascista, preconizamos para a revolução uma estratégia nacional-libertadora e democrática em que as forças básicas — a classe operária, os assalariados agrícolas e camponeses, os estudantes e intelectuais progressistas, os militares democratas, especialmente soldados, marinheiros, ~~cabos~~ e sargentos, — reúnem à base de um programa amplo todas as classes e camadas sociais interessadas na derrubada da ditadura militar fascista, a fim de expulsar o imperialismo norte-americano, eliminando como classe a burguesia monopolista associada e os latifundiários

Creemos ser necessário fazer os seguintes esclarecimentos:

- a) em nossa opinião, nas condições brasileiras, somente a classe operária tem capacidade de dirigir e levar até o fim a luta pela derrubada da ditadura a fim de estabelecer um regime político que realize as tarefas de um programa nacional libertador e democrático,
- b) com isso queremos dizer que os representantes políticos da burguesia que não exerce monopólio em suas atividades e da pequena burguesia não tem condições de dirigir o processo nacional-libertador e democrático. Creemos ser ilusão de classe pensar que os políticos progressistas da burguesia possam dirigir com consequência a luta pela derrubada da ditadura. Essa constatação não deve levar a conclusão "esquerdista" de que êsses elementos não participam da frente única antiditatorial,
- c) a atual ditadura militar brasileira não tem as características das ditaduras tipo Batista, Somoza, Perez Gimenez, etc., tão comuns na história da América Latina. Em nosso país a ditadura não é exercida em termos pessoais. A figura do ditador, seja êle Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Medici ou outro gorila qualquer nada significa diante do Conselho de Segurança Nacional, do Estado-Maior das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra que são os organismos que de fato elaboram e põe em prática a política ditatorial,
- d) nessas condições as tarefas de um programa nacional-libertador e democrático somente poderão ser postas em prática se fôr destruído o aparato militar que a ditadura exerce. Nessa questão discordamos daqueles que pensam que é possível uma redemocratização, mantido o atual aparato burocrático militar, como também discrepamos daqueles que argumentam que se a via é armada ou pacífica é o acúmulo de forças que vai decidir. Ao contrário, nossa opinião é de que as classes dominantes por intermédio da ditadura militar exercem a violência armada contra as massas, determinando assim ao proletariado e às forças progressistas como saída revolucionária a via armada.

e) isto não quer dizer que a luta armada é a única forma de luta. Os marxistas-leninistas têm o dever de utilizar tôdas as formas de luta que possibilitem seu contacto com as massas, visando despertá-las, mobilizá-las e organizá-las para a revolução. A luta armada é a principal forma de luta e devemos utilizar tôdas as outras formas, inclusive a luta eleitoral, quando se propicia uma brecha para o contacto ainda que ultra-limitado com as massas. O importante é não ter ilusões numa saída eleitoral, mas utilizar as eleições para denunciar e desmoralizar ainda mais a ditadura.

f) o regime que pretendemos estabelecer é uma democracia avançada, que seja uma ditadura de tôdas as classes e camadas sociais que participam do processo ~~nacional~~ libertador e democrático com os seguintes objetivos: 1- derrubar a ditadura e destruir seu aparato militar, 2- eliminar a dominação do imperialismo norte-americano e 3- eliminar como classe a burguesia monopolista associada e os latifundiários.

g) nessas condições será permitido o funcionamento em regime pluripartidário de tôdas as organizações políticas que não contrariem os objetivos do programa nacional-libertador e democrático. Deve-se entender que esse regime pluripartidário será constituído de organizações que não tenham tido qualquer tipo de colaboração com a ditadura. Por outro lado, fica claro que não estamos de acôrdo com aqueles que partindo de um ponto de vista "esquerdista" não admitem um programa nacional-libertador e democrático, exigindo a instalação imediata da ditadura do proletariado, não considerando o processo revolucionário como resultante de contradições sócio-políticas, para se fixar unilateralmente na contradição econômica fundamental -burguesia X proletariado- que, ao caracterizar nosso país como capitalista leva à conclusão da necessidade de um programa socialista para a revolução.

h) por outro lado, a formulação de um regime de democracia avançada deve ser compreendida como parte de um mesmo processo de revolução permanente em direção ao socialismo. É claro que isso depende de existir uma vanguarda proletária que detenha a hegemonia de todo o processo através de uma intensa luta ideológica, com a mais ampla participação das massas, contra tôdas as tendências que buscam estagnar a revolução ou burocratizá-la.

É importante ressaltar o caráter democrático do programa de nossa revolução, tendo em vista a sistemática repressão que a ditadura militar exerce não somente sobre as forças motrizes da revolução, mas também sobre os políticos da burguesia que levantam teses progressistas, sobre os setores intelectualizados da classe média urbana e também sobre os setores avançados da igreja católica. De um ponto de vista econômico são camadas

vinculadas à burguesia que não exerce monopólio em suas atividades econômicas.

Nessas condições é necessário sem nenhum temor "esquerdista", como tem acontecido até agora, apresentar um elenco de reivindicações democráticas que possibilitem a participação política desses setores no processo de luta nacional-libertador e democrático e inclusive no futuro governo de todas aquelas personalidades políticas que não se tenham comprometido com a ditadura militar.

Por isso cremos que a limitada luta em torno de reivindicações democráticas, que esses setores podem desenvolver, deve ser por nós apoiada e aprofundada em termos de luta das massas. Por outro lado, em nenhum momento devemos conciliar com as tendências pacifistas no sentido de abdicar da via armada para a tomada do poder político. Temos a opinião de que não se isolando do movimento unitário em torno das reivindicações democráticas, trabalhando para que as massas participem ativamente dele, não se descuidando em nenhum momento da luta ideológica se estabelecem as condições para que os elementos progressistas da burguesia não conciliem com a ditadura, ao contrário, aprofundem suas contradições com ela.

Ao tratar do problema agrário no programa que propomos a seguir, apresentamos três formas de propriedade de terra: 1) a propriedade privada para os arrendatários e posseiros, que serão transformados em pequenos proprietários pela aplicação da consigna "a terra para quem trabalha", 2) a propriedade cooperativa para os pequenos e médios proprietários e 3) a propriedade estatal resultado da expropriação dos latifúndios, em particular daqueles onde existe a chamada agricultura de exportação -- cacau, açúcar, café, etc.--, nos quais predomina o trabalho assalariado.

Nesse sentido, tendo em conta a estratégia nacional-libertadora e democrática de nossa revolução apresentamos o seguinte programa unitário :

- 1 - Denúncia de todos os acordos de caráter político, econômico, cultural ou militar prejudiciais ao nosso povo e contrários a soberania nacional firmados pela ditadura militar.
- 2 - Confiscação de todos os grupos monopolistas do imperialismo norte-americano, garantindo-se entretanto a propriedade de portadores de ações individuais, que correspondam a uma poupança popular.
- 3 - Será estabelecido nas empresas

⁴⁰
estatais e nas empresas confiscadas o contrôlo dos trabalhadores.

4- Somente serão expropriadas as empresas do capitalismo privado nacional que comprovadamente colaborarem com a ditadura militar durante o processo revolucionário.

5- Serão expropriadas as grandes propriedades de terra, estabelecendo-se a coletivização onde predomine o trabalho assalariado e a divisão em pequenas e médias propriedades, de preferência reunidas sob forma cooperativa, onde o arrendamento for a forma predominante de exploração da terra.

6- O atual sistema de cooperativas será mantido, promovendo-se sua democratização e ampliação. Será dada ajuda técnica e financeira aos pequenos e médios proprietários rurais através das cooperativas.

7- Serão tomadas medidas para as áreas menos desenvolvidas do país, visar eliminar as disparidades regionais.

8- Serão restabelecidos e ampliados os direitos democráticos, abolida a pena de morte e a cadeia perpétua, abolida a censura, libertados todos os presos políticos e anulados todos os processos políticos estabelecidos pela ditadura.

9- Serão rigorosamente punidos, por meio de tribunais revolucionários, todos os militares e civis comprometidos com os crimes da ditadura, especialmente com as torturas e os assassinatos de patriotas, democratas e revolucionários.

10- Serão permitidas a funcionar livremente todas as organizações políticas que participaram do processo revolucionário e que não contrariem o presente programa nacional-libertados e democrático.

11- Serão convocadas eleições gerais para uma Assembléia Constituinte e a institucionalização do novo regime.

12- Serão respeitados todos os cultos religiosos.

13- Serão estabelecido um sistema educacional gratuito para todo o povo, em todos os níveis, tendo como orientação básica a promoção da cultura nacional.

14- Será radicalmente transformado o atual sistema de benefícios sociais de modo que todo o povo tenha acesso a casa própria, à assistência médico-hospitalar gratuita e à recreação.

15- Será desenvolvida uma política exterior independente e soberana de relações com todos os povos e países que não contrariem os anseios de progresso e paz da humanidade.

16- Serão apoiados não só política, mas também materialmente todos os movimentos revolucionários anti-imperialistas e populares, especialmente aqueles dos povos irmãos da América Latina.

III - a questão da frente única.

A necessidade de se formar um segundo tipo de aliança — a frente única de todas as classes e camadas interessadas na revolução — em torno da aliança fundamental — a aliança operário-camponesa — é uma questão cuja formulação geral não apresenta quase divergências.

No entanto, a sua aplicação prática é ainda um problema não solucionado em nossa revolução, o que equivale a dizer que ainda não temos um instrumento capaz de ser a expressão política da unidade de todas as forças contra o imperialismo e a ditadura. Cremos que um grande obstáculo é o exclusivismo das organizações, que anula os esforços em prol da unidade. Esse exclusivismo geralmente se manifesta em torno do método de luta empregado, buscando cada organização que seu método de luta seja o aceito pelas demais forças.

Ora, do ponto de vista leninista o importante é o acordo em torno de um programa unitário, pois essa é uma questão de conteúdo, enquanto que o método de luta é uma questão de forma.

Nesse sentido a chamada frente das cinco organizações de luta armada é bastante limitada. Não atende a necessidade revolucionária de se formar uma frente a mais ampla possível. Dentro desse mesmo enfoque é bastante criticável também o ponto de vista de algumas organizações que não praticam a luta armada argumentando que um trabalho unitário somente seria possível com as organizações que não desenvolvem ações armadas.

Em nosso entender, há a necessidade de se forjar, à base de um espírito amplo, liberto de sectarismo e exclusivismo, um organismo político de frente com representação de organizações de luta armada, políticas e de massas, com a participação de personalidades, etc.

Dentro da ALN, nossa proposta é de que a nossa organização faça um apêlo para que seja formada inicialmente uma comissão consultiva de elementos representativos de organizações que estejam ou não na luta armada, com representantes de sindicatos, de organizações religiosas, com intelectuais e personalidades políticas que se destacam na luta contra a ditadura. É claro que no quadro repressivo imposto pela ditadura, essa mesma comissão consultativa deveria ser formada pouco a pouco através de ações unitárias concretas, atendendo sempre a clandestinidade exigida pela situação.

Essa comissão consultiva discutiria um programa unitário, formas de cooperação no campo das denúncias políticas, etc., buscando dar corpo a um organismo político de frente.

Esse é um trabalho difícil, que exige persistência para o qual oportunidades excepcionais de ascensão do movimento revolucionário não foram

aproveitadas. Apesar da atual situação não ser a mais favorável, somos de opinião que a ALN deve desenvolver os maiores esforços para formar a comissão consultiva e também propor um programa unitário para discussão.

III - a questão do partido marxista revolucionário

A experiência dos povos que fizeram revolução ou a estão desenvolvendo evidencia a verdade universal do socialismo científico que sem o partido leninista de novo tipo não há condições de conduzir o processo revolucionário. Nas condições brasileiras a experiência dos últimos três anos mostra que não há possibilidade de levar adiante a expressão mais elevada da luta de classes — a luta armada — sem um partido. Esse é o ponto mais fraco do nosso movimento de luta armada.

O espontaneísmo, o anarquismo, a negação do centralismo democrático, a permanente violação das regras de clandestinidade, o liberalismo em questões operativas e a compartimentação de questões políticas, buscando métodos burocráticos como o de reter nas mãos o monopólio das informações e da comunicação para se tornar direção de fato, a rejeição da disciplina proletária com base na "liberdade tática" e no "autonomismo", o "amiguismo" entre determinados companheiros, o critério subjetivista e arbitrário de julgamento de companheiros, são as manifestações mais importantes da estrutura não-leninista de nossa organização, e o que determina o seu caráter essencialmente pequeno-burguês. A correção desses erros e o correto encaminhamento da luta armada em nosso país somente será possível com a organização do partido marxista revolucionário, com o partido de novo tipo. Tendo em conta a importante contribuição do atual processo de luta armada que pôs a nu a natureza burocrática e esclerosada de alguns "partidos" que somente falavam da luta armada, deixamos claro que não pretendemos construir "o partido" no sentido de tê-lo prontinho numa prateleira para que em determinado momento possa ser ele utilizado para dirigir a luta armada. Não, esse é um ponto de vista que rejeitamos. O que buscamos é a introdução de normas e métodos leninistas dentro da ALN, a fim de que numa correta prática revolucionária seja forjado o partido leninista de novo tipo. Como em nossa opinião esse não é um processo espontâneo, propomos algumas medidas que são:

- 1- a realização, onde fôr conveniente do ponto de vista de segurança, de um congresso da ALN para discutir e decidir não só a sua estrutura, mas também a sua linha política. É claro que uma comissão de organização do congresso deve cooptar os seus participantes com base nas respectivas biografias revolucionárias para que seja evitado qualquer tipo de infiltração.
- 2- o estabelecimento de uma escola de quadros políticos e militares em nossa

organização. Partindo sempre de uma situação concreta, da realidade que a grande maioria dos nossos militantes são de extração da pequena burguesia radical, preconizamos a via de proletarização desses militantes. A via de proletarização pressupõe a preparação dos militantes para viver com as massas. Para isto é decisiva uma escola de quadros políticos, com estudo do marxismo-leninismo de um modo aberto e não dogmático. Ao mesmo tempo cremos imprescindível a formação de quadros militares não no sentido tático ou técnico de companheiros que saibam organizar uma emboscada, fazer bombas, atirar bem, etc., mas sim na formação de quadros que saibam sintetizar as experiências de luta de nosso povo, em especial as de luta armada, visando elaborar uma teoria da insurreição e de guerra popular específica para a realidade brasileira. Dentro desse espírito amplo, completamente livre de esquemas e concepções apriorísticas nossos quadros políticos e militares devem estar imbuidos do mais alto espírito de internacionalismo proletário, visando absorver todas as experiências da revolução mundial, em particular das revoluções russa, chinesa, cubana e vietnamita, sempre no sentido de te-las para consulta e não para cópia. Em nosso entender, a formação do partido marxista revolucionário não é uma tarefa exclusiva dos militantes de nossa organização, mas sim uma tarefa de todos os marxistas-leninistas.

IV- a questão do exército revolucionário do povo.

Partindo da concepção de que a revolução é obra das massas e que a questão da tomada do poder político implica na destruição do aparato burocrático da ditadura, em especial a sua coluna vertebral — as forças armadas reacionárias — lutamos para criar e desenvolver o exército revolucionário do povo brasileiro baseado na aliança fundamental da revolução e sem a qual ela não se dará — a aliança operário-camponesa.

Cremos que a formulação acima deve ser aplicada criadoramente à realidade brasileira, isto é, não devemos ter esquemas prefixados para a formação do exército revolucionário do nosso povo.

Rejeitamos não só as formulações apriorísticas como a de formação do exército revolucionário por meio da instalação de um foco guerrilheiro através de uma coluna móvel, como também não aceitamos a fixação de esquemas para o desenvolvimento da guerra tais como "o de cerca da cidade pelo campo" ou o de "uma insurreição generalizada nos grandes centros urbanos".

Preferimos, ao contrário, fazer a síntese de nossa experiência recente em que foram realizadas ações armadas a partir de pequenos grupos de fogo — os grupos táticos armados urbanos —, propondo, pela correção dos erros, elevar o nível dessa experiência, a base dos destacamentos de pro-
armada, como principal instrumento de um trabalho político nas cidades e

nos campos, devendo sempre partir nesse trabalho político das reivindicações mais elementares das massas. Ao contrário dos grupos táticos armados que atuavam com a chamada "liberdade tática", praticamente autônomos, os destacamentos de propaganda armada devem ser dirigidos através de uma chefia que deve ser um quadro político e militar da organização. É claro, que a ALN deve estar com estrutura e métodos leninistas a fim de que possa ser exercida a direção política sobre os destacamentos de propaganda armada. Nem todos os membros do destacamento de propaganda armada necessitam ser quadros marxistas-leninistas. Ao contrário, os destacamentos devem se desenvolver no sentido de dêles participarem cada vez mais elementos das massas, sob a única condição de estarem de acordo com o programa nacional libertador e democrático.

É evidente que o trabalho político dos destacamentos de propaganda armada somente pode ser capitalizado com a existência de um movimento clandestino de quadros políticos da organização atuando junto às massas, dando com seqüência orgânica — no sentido de organizar as massas e recrutar os seus elementos mais avançados — ao trabalho político dos destacamentos armados. Ao movimento clandestino cabe também desenvolver as formas secundárias de luta, inclusive dirigir as formas de lutas legais, combinando a luta política com a luta armada, visando acumular forças.

Nessas condições, o movimento clandestino é o principal setor da organização, porque a êle compete dirigir politicamente o trabalho em torno das diferentes formas de luta, inclusive a da luta armada. O movimento clandestino ao dirigir o trabalho político dos destacamentos de propaganda armada deve ter sempre em conta que a luta armada como forma de luta deve ser uma manifestação da agudização da luta de classes. Rejeitamos como anti-leninista, o ponto de vista, comum nas organizações revolucionárias, do efeito "mágico" da luta armada como meio de mobilização política. O que põe em movimento as massas é o trabalho político para cuja realização, nas condições de ilegalidade impostas pela ditadura militar fascista, é muitas vezes necessário uma garantia armada.

É o acúmulo de forças através do trabalho político junto às massas que vai decidir se os contingentes principais do exército revolucionário do povo terão sua origem em insurreições parciais do movimento operário nos grandes centros ou se serão o resultado de lutas camponesas, seja através de levantamentos de posseiros ou de insurreições parciais de assalariados agrícolas, dando-se a formação de colunas guerrilheiras. Nesse acúmulo de forças para a formação do exército revolucionário de nosso povo, é muito importante o trabalho político nas forças armadas da ditadura, principalmente entre os soldados, marinheiros e sargentos. A síntese histórica recente das lu-

tas de nosso povo ensina ser êsse um setor de extração popular, que sofre os mesmos problemas das grandes massas e que por isso sempre se rebela.

V - a questão da política exterior da organização.

Comos propomos que a ALN tenha uma estrutura leninista, seja de fato um partido de novo tipo, e ainda que dentro de um mesmo processo de revolução permanente, passaremos de uma fase nacional-libertadora e democrática ao socialismo, devemos desde já colocarmos na ordem do dia o problema do relacionamento com o sistema socialista.

Temos desenvolvido uma política de omissão em relação ao sistema socialista e, por isso mesmo bastante negativa. Uma concepção de revolução baseada exclusivamente nas errôneas interpretações da experiência cubana, nos tem limitado a um relacionamento quase exclusivo com Cuba.

Propomos o relacionamento com todos os países socialistas e, a omissão da organização em relação à questão sino-soviética, que possibilita o liberalismo entre os militantes ao opinar sobre ela, deve ser substituída pela atitude positiva de lutar pela unidade do mundo socialista, em torno dos princípios do marxismo-leninismo e, através uma luta ideológica permanente e de alto nível. Cremos que essa é a posição justa para todos aqueles que apesar de reconhecer os erros e as deformações que existem no sistema socialista, reconhecem a sua superioridade frente ao sistema capitalista. Essa posição não deve excluir as opiniões e as discussões de caráter interno, que inclusive a organização deve estimular.

Quando fazemos esta proposta estamos conscientes de que alguns partidos do mundo socialista podem não desejar o relacionamento conosco. Isso todavia, é um problema de exclusiva responsabilidade do partido que tomar essa atitude frente à revolução brasileira e à revolução mundial.

Outra questão é o estabelecimento de relações mais amplas com o movimento operário, os partidos comunistas e as organizações progressistas e revolucionárias do mundo capitalista desenvolvido. Êsse é um importante trabalho que todavia não conseguimos desenvolver à altura das necessidades e da importância de nossa revolução.

Além disso, o pouco trabalho que temos feito, refletindo todas as falhas da organização no interior do país, está cheio de erros, principalmente porque não temos um trabalho coletivo e disciplinado e por não haver quase nenhuma separação entre o trabalho clandestino e o trabalho legal de propaganda.

Finalmente, nessa política exterior preconizamos um relacionamento muito mais profundo com as organizações revolucionárias da América Latina, princi-

palmente com aquelas dos países vizinhos. Essa aproximação se torna muito mais necessária agora quando a tendência expansionista da ditadura militar brasileira ameaça invadir países irmãos que adotam uma política de independência em relação ao imperialismo norte-americano e buscam sua libertação nacional.

O relacionamento com os movimentos e organizações revolucionárias na América Latina deve ser o ponto principal da política exterior da organização. Isto porque vemos a revolução brasileira não somente como parte da revolução mundial, mas também integrante de um processo de revolução continental específico da América Latina.

O importante é que a política exterior da organização se baseie no princípio do internacionalismo proletário de colaboração e ajuda mútua entre organizações irmãs sem interferência nos assuntos internos de cada uma.

Em nossa opinião as cinco questões acima apresentadas sintetizam os principais problemas de nosso movimento de luta armada e, em particular de nossa organização.

Para nós o principal no atual momento é aprofundar a discussão dentro da ALN, visando a realização do congresso. Não temos nenhuma intenção fracionista pois não pretendemos sair da ALN.

O que desejamos sim é o restabelecimento em um nível mais elevado da linha política elaborada por Carlos Marighella e os comunistas de São Paulo ao iniciar a luta armada em nosso país.

pela TENDÊNCIA LENINISTA dentro da ALN
(a) José dos Santos

agosto 1971

ABERTURA DO DEBATE SÔBRE SÔBRE O DOCUMENTO UMA AUTO-CRITICA NECESSÁRIA

O primeiro dever dos revolucionários marxistas frente a um documento político é o de pronunciar-se sôbre seu sentido geral, sôbre a função que desempenha ou virá desempenhar na luta pela transformação socialista da sociedade brasileira. Porisso, antes mesmo da abertura da discussão afirmamos nossa concordância de princípio com as posições gerais do documento. Consideramos que constitui uma virada decisiva na luta pela hegemonia proletária e marxista no seio do movimento revolucionário brasileiro. Tanto mais que se afirma como resultado de um longo e penoso processo de reagrupamento dos marxistas-leninistas da ALN, que, em virtude dos desvios que desde há algum tempo se cristalizaram no seio das organizações de guerrilha urbana, vinham sendo marginalizados e neutralizados pelos partidários do vanguardismo militarista.

Do ponto de vista do boletim DEBATE, e da tendência política que através dele se exprime, a questão política mais importante que coloca o documento é a do reagrupamento partidário de todos os revolucionários marxistas do Brasil, e não apenas dos companheiros marxistas-leninistas da ALN. Com efeito, a luta ideológica entre marxismo e militarismo não é apenas uma luta interna da ALN : ela atravessa de alto a baixo os setores mais dinâmicos da esquerda brasileira. Por isso nossa preocupação, e a de todos os marxistas-leninistas que não estão na ALN é de encontrar as formas mais corretas para dar à discussão do documento Uma Autocrítica Necessária todo seu alcance político. Inclusive -e principalmente- no sentido de organizarmo-nos para tirar as consequências práticas desta discussão, que não podem ser outras senão aprofundar a luta pela formação, no Brasil, de um poderoso partido marxista e revolucionário. É assim que convocamos todos os companheiros organizados partidariamente ou em tendências, ou em coletivos de trabalho, ou que, isolados, buscam fazer junção com as forças mais avançadas de nosso movimento revolucionário -isto é, aquelas que levantam com convicção e firmeza a bandeira do marxismo e trilham o caminho da luta de classes a partir do ponto de vista do proletariado revolucionário- a participar organizadamente da discussão e da contribuição crítica e militante em torno do documento Uma Autocrítica Necessária. Entendemos a formulação da tática e do programa como um processo de elaboração coletiva; entendemos a auto-crítica da experiência dos últimos anos, e mais genericamente, de todo o processo de reconstituição do movimento revolucionário brasileiro após o golpe de estado de 64, como uma análise histórica e concreta, como transformação dos acontecimentos em experiência consciente e não como negação abstrata e dogmática do curso efetivo do movimento histórico. É nesse espírito -no espírito do marxismo- que abrimos o boletim DEBATE a todos os companheiros que queiram contribuir à discussão que ora se inicia. No presente número, iniciamos o processo de discussão, com três contribuições críticas, sendo duas de companheiros pertencentes à tendência que se exprime no boletim DEBATE e a terceira de um companheiro de uma outra tendência.

POR UM PROGRAMA MARXISTA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Nosso boletim DEBATE já salientou toda a importância do documento Uma Autocrítica Necessária. A posição política de firme apoio aos leninistas da ALN é para nós questão de princípio. Isto nos obriga, pelas esperanças mesmas que depositamos nestes compa-

Fernando de Andrade
do Coletivo
DEBATE

nheiros, a levantar os pontos e questões que ficam pendentes, ou mal resolvidas, ou mesmo incorretas no citado documento. Fazêmo-lo dentro do mais fraternal espírito de companheirismo. Indicamos dúvidas e reservas porque queremos superá-las, porque queremos marchar juntos com todos os revolucionários marxistas na construção do partido da classe operária, do partido do socialismo, do partido do comunismo. Iremos, neste primeiro momento de uma discussão que há de ser profunda e paciente, levantar apenas alguns dos problemas que nos parecem decisivos. A outros companheiros a tarefa de levantar outros problemas. A discussão está apenas começando.

A primeira crítica é a de que o documento mantém, como o comprovam fórmulas como "país neocolonizado que é o Brasil", "estrutura agrária arcaica" etc., uma concepção mecanicista do desenvolvimento histórico do capitalismo em nosso país. Os fenômenos mais importantes, tanto ao nível econômico quanto ao nível político: centralização do aparelho de estado com transposição de todas as decisões econômicas gerais para o plano federal, inclusive com reestruturação da estrutura dos impostos, o crescimento da indústria pesada, a criação de um mercado de capitais funcionando de acordo com os padrões vigentes nas grandes metrópoles capitalistas, a criação de uma pequena e média burguesia de acionistas das grandes corporações monopolistas (os cortadores de talão, como dizia Lênin referindo-se à burguesia inglesa), tudo isso e tantos outros fenômenos mais, que estão a testemunhar a transformação monopolista de estado da economia nacional, são deixados de lado pelo documento. Esquecendo-se de que a contradição entre o Capital e a Propriedade Fundiária é uma determinação objetiva do modo capitalista de produção, tendo por conteúdo a apropriação do sobre-lucro, como o mostrou Marx no livro III do Capital, o documento não entende a natureza da reforma agrária prussiana que a ditadura vem estimulando, e pretende reduzi-la ao esquema geral da "associação" com os monopólios estrangeiros, escrevendo: "como a maioria da burguesia monopolista brasileira tem em suas mãos grandes propriedades rurais, o fenômeno da associação com monopólios estrangeiros não se verifica somente no setor industrial, mas se estende também à agricultura". Estas simplificações não condizem com o elevado nível político do documento. Confiamos em que os companheiros leninistas da ALN examinarão melhor esta questão, afim de melhor determinarem as contradições do capitalismo no Brasil.

As insuficiências e simplificações ao nível da análise da sociedade e da economia levam a análises políticas claudicantes. "A atual ditadura militar brasileira não tem as características das ditaduras tipo Batista, Somoza, Perez Gimenez, etc., tão comuns na história da América Latina. A figura do ditador, seja ele Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Medici ou outro gorila qualquer nada significam diante do Conselho de Segurança Nacio-

nal, do Estado Maior das Fôrças armadas, da Escola Superior de Guerra que são os organismos que de fato elaboram e põem em prática a política ditatorial". O fato é inegável. Os companheiros da Tendência Leninista da ALN têm toda razão ao apontarem a diferença de situação política entre o Brasil e os países mencionados. Mas o marxismo não é um pragmatismo. Não é um empirismo. Vai à natureza profunda dos fenômenos. Não se contenta em dizer que "a ditadura não é exercida no Brasil em termos pessoais". Busca explicar porque se constituiu em nosso país o duplo fenômeno de uma burocracia de estado que exerce o poder em nome e no lugar das classes dominantes e do caráter militar desta burocracia de estado. Busca responder claramente à questão : a ditadura militar-burguesa no Brasil é apenas um corpo estranho mantido em nosso país pelas "fôrças estrangeiras" (o imperialismo yankee) ou dispõe de uma base própria de dominação de classe, na medida em que corresponde às necessidades da transformação monopolista de estado da economia nacional? Os militaristas têm uma resposta pronta para esta pergunta. Na longa dissertação conhecida como "documento do Jamil" uma das teses centrais em que sempre se apoia o autor, umas vêzes explícita, outras implicitamente, é a de que "o imperialismo" (sic) domina a tal ponto nosso país que não se pode nem mesmo falar em classe burguesa brasileira. Para Jamil, e para os militaristas em geral, não há classes dominantes no Brasil, há apenas os agentes do imperialismo, e sobretudo "a repressão" imperialista. A própria "burguesia associada" (e também, como dizem correntes militaristas mais pedantes, a "pequena-burguesia gerencial") nada mais seriam que ínfimo punhado de cavalheiros que só se mantêm no poder porque as tropas do tio Sam os garantem à distância. A análise marxista nos leva a uma concepção diametralmente oposta. Como o afirma o presente editorial de DEBATE, o Grande Capital tem uma base própria de dominação de classe no Brasil. A autocracia militar-burguesa, com sua burocracia de estado, com a centralização do aparelho repressivo e administrativo (golpeando tanto o poder local dos municípios quanto o poder regional dos estados), é a expressão institucional e organizatória dos interesses e necessidades desta base social. Eis porque a ditadura não depende, no Brasil, da figura do caudilho policial-militar, do carisma do gangster que teleguiado pela CIA e pela United Fruit se torna chefe de estado.

Esta questão nos conduz à da "estratégia nacional-libertadora". Não podemos aqui desenvolver uma argumentação suficiente contra esta concepção. Remetemos nossos leitores aos três últimos editoriais de DEBATE. E diremos simplesmente que falar em estratégia nacional-libertadora é confundir o Brasil com a Argélia de 1954-64, com o Vietnam e outros povos oprimidos diretamente pelo estrangeiro, com os palestinos, com os povos africanos que lutam contra

o colonialismo de Portugal, da União Sul Africana e da Rodésia, enfim com as nações oprinidas enquanto nações, com países cuja economia como um todo é pré-capitalista ou capitalista não-desenvolvida (a agricultura predomina sobre a indústria, a indústria extrativa predomina sobre a indústria manufatureira, a subordinação do Trabalho ao Capital é apenas formal devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas sociais, etc.). Em nossa concepção, isto é, na concepção da tendência que se exprime em DEBATE, o Brasil é um país que transita para uma economia monopolista de estado, e que tem seu processo produtivo integrado ao sistema imperialista internacional. É um país que é ao mesmo tempo vítima e carrasco no sistema imperialista, é um país que não só é explorado mas que também explora países mais fracos. Não reconhecer isso é cair no chauvinismo social-patriota. Claro que os companheiros revolucionários da Tendência Leninista da ALN são profundamente internacionalistas e que portanto ao falarem em estratégia de libertação nacional estão apenas sendo vítimas daquilo que Marx chamou "o peso imenso das gerações passadas que povoa o cérebro das gerações presentes". Isto é, os companheiros estão conservando resíduos de análises passadas que inclusive contradizem o espírito do documento Uma Autocrítica Necessária. Nosso apêlo aos companheiros é que deixem aos militaristas a estratégia de libertação nacional. Os marxistas não precisam dela...

Longe de nós no entanto negar a existência de um importante conteúdo anti-imperialista na luta contra a autocracia militar-burguesa. Longe de nós também a identificação "esquerdista" entre luta anti-imperialista e luta anti-capitalista (o editorial de DEBATE 5 mostrou a vanidade da "polêmica" entre Jamil e a POLOP, o primeiro dizendo que a luta anti-capitalista é na realidade uma luta anti-imperialista e o segundo sustentando que a luta anti-imperialista é na realidade uma luta anti-capitalista). Concordamos e afirmamos a necessidade de um programa mínimo democrático e anti-imperialista; acreditamos firmemente que só com um programa deste tipo se pode tirar uma série de campanhas de luta que mobilizem a curto prazo as forças motrizes da revolução. Aliás, o fracasso paralelo do esquerdismo "ideológico" tipo POLOP e do sectarismo militarista, para não falar do oportunismo dos que só são radicais quando o que está em jogo é a pele alheia, tal fracasso, repetimos, tem sua expressão mais cabal na incapacidade que mostraram em tirar uma campanha efetiva de lutas que mobilizasse as forças motrizes e as bases sociais da Revolução. Isto vale tanto para os que preconizam formas de organização, de agitação e de propaganda que não correspondem à experiência real e aos anseios concretos dos trabalhadores (o esquerdismo "ideológico" dos partidários da "estratégia socialista"), quanto para os que se substituem através do que chamam "prática armada" às forças reais da Revolução (o militarismo).

São estas as primeiras críticas que gostaríamos de ver examinadas.

O documento assinado por J. dos S. publicado neste número de Debate, pode vir a ser o ponto de partida para um importante processo de clarificação política na esquerda brasileira.

Desde 64, as derrotas que a ditadura vem inflingindo às forças populares brasileiras se sucedem e se acumulam. Os diferentes "rachas" do PC levaram à uma polarização das forças populares que só podem favorecer ao inimigo. A oposição "reformista" e "praticantes da luta armada" é falsa e, concretamente recobrem duas tendências burguêsas, como bem o demonstra J. dos S.

Propondo um exame auto-crítico a ALN sobre suas formas de organização e ação e, o fazendo pblicamente, J. dos S. inicia uma discussão que interessa a todos os grupos, organizações e militantes isolados que querem contribuir para a derrubada da ditadura militar no Brasil. É a própria história recente das lutas populares no Brasil que é posta em avaliação. A meu ver, o artigo de abertura de discussão tem alguns méritos fundamentais:

1- Identifica a tendência militarista como uma tendência de classe que visa guardar para as forças pequeno burguêsas a hegemonia da luta anti-imperialista. Mostra claramente, que o menosprêso pela organização política da classe operária, leva esta tendência necessariamente à derrota.

2- Dá um sério passo no sentido da superação do conceito burguês de que uma vanguarda pode fazer a revolução pois enfatiza o papel das massas no processo revolucionário.

3- Recoloca, de forma clara, a classe operária em seu papel central e hegemônico no processo revolucionário, não só reconhecendo que seu partido é condição para o desenvolvimento da luta, como também, dando elementos no sentido de demonstrar que só em torno dela é que a frente única pode se constituir.

4- Contém elementos de reconhecimento de que a vanguarda, no seu processo de esclarecimento das massas, tem de adotar táticas que lhe levem a atuar no nível de consciência desta massa para ampliar sua experiência e, em consequência, elevar seu nível de organização e de combatividade.

Por todas estas quatro razões, o documento se destina a ser instrumento de trabalho político que ultrapasse em seu significado os limites de uma só organização e que auxilie todas as forças populares a dar um passo no sentido da superação de seus êrros e em uma direção unitária.

A meu ver, o documento possui porém, pontos que por representarem uma tendência à conciliação de posições antagônicas, deve ser discutido :

1- Colocando justamente, o problema do caminho revolucionário para a

derrubada da ditadura e a necessidade de se utilizar tôdas as formas de luta possíveis, estabelece porém uma prioridade de ação para o que chama de "destacamentos de propaganda armada". A meu ver, nada mais falso. As formas de luta tem de ser determinadas pelo nível de consciência e organização das massas e pela relação de forças face ao inimigo. Se uma organização política entra em choque com a repressão, mesmo que isto ocorra no interior de uma empresa, para a massa serão apenas dois contendores que se chocam. Se além disto houver represálias contra os operários, êles tenderão a repudiar os contendores que lhe trazem ainda mais provocações. O único critério válido de seleção das diferentes formas de luta é o de procurar saber qual é aquela que leva mais rápida e seguramente a acumular forças no campo revolucionário e a isolar o adversário.

A colocação da "propaganda armada" como forma privilegiada de luta, pode impedir concretamente, um aprofundamento do processo de autocritica e levar os militantes de tendência militarista à uma conformação aparente com o processo de revisão dos erros do passado, com o intuito de continuarem com as mesmas "ações armadas" que excluem, por sua própria concepção, a participação das massas. Tal concepção, tende a evitar uma polarização necessária entre os que aprenderam com a experiência recente e aqueles que mantêm as mesmas posições mas que, por medo de se sentirem isolados, estão dispostos à uma autocritica formal para continuarem a trilhar o mesmo caminho.

2- O documento me parece baluartista ao afirmar que a "tendência pacifista" foi derrotada. Ao contrário, creio que hoje, em consequência das vitórias da ditadura e de seu aparelho repressivo, ela é mais perigosa que jamais. Não basta manter militantes de armas na mão para defender uma via revolucionária. Creio que ao colocar o problema da pesquisa da via brasileira da revolução, o documento aponta um caminho na luta pela saída revolucionária. Mas, a meu ver, o mais importante, é que tôdas as ações, quaisquer que sejam suas formas, se encaminhem na direção da acumulação de forças no campo popular, com o objetivo de lhe assegurar a vitória no enfrentamento armado que será inevitável, com o aparelho repressivo da ditadura. Evidentemente, a concepção de enfrentamento armado inevitável com o inimigo, implica em que a acumulação de forças se dê não só politicamente como também nos aspectos técnico e militar. Isto pode ocorrer pelo trabalho no interior das forças armadas e também pela constituição de grupos armados populares. A meu ver, os enfrentamentos parciais não são excluídos, mas só devem ser aceitos (ou provocados) quando houver condições para acelerar o processo de concentração de forças. Qualquer outra concepção nos parece concessão à teoria da "vanguarda heróica que faz a história para um povo não combativo" portanto originário de uma concepção radical, de revolta ime

diata mas não revolucionária.

3- Parece-me que o documento coloca o problema da formação da frente única de forma mecânica ou, ao menos superestima os aspectos formais da construção da frente única. Não nego que a manutenção de contactos com diversos grupos e forças que lutam contra a ditadura seja útil e mesmo necessário, mas para que se forme uma frente única, algo mais é preciso.

A- A existência não só de um programa como também um mesmo plano estratégico e de táticas compatíveis no nível estratégico. Neste sentido, a incompatibilidade entre as formas de "luta armada" ou "luta política" é válido. Não que elas não possam coexistir e serem empregadas alternativamente por uma mesma organização ou frente, mas o critério de seleção de uma ou de outra forma de luta, sua oportunidade etc., são decorrentes de análises divergentes. Isto, evidentemente, não deve excluir colaborações limitadas que podem contribuir para um estreitamento de relações, desde que nenhum dos participantes se coloque como "os verdadeiros revolucionários", "potadores da boa mensagem histórica" etc., e sim que todos tenham, ao menos a modéstia de reconhecer que a via revolucionária de nosso povo está ainda para ser construída e que é ele que fará a revolução.

B- Outra condição indispensável para a constituição da Frente Única, é que ela passe pela ação de massas; que ela se estruture em torno da vida política do povo e não seja apenas o resultado de entendimento de cúpulas de organizações, a maioria desvinculadas das massas.

A meu ver, pode-se avançar ainda mais e dizer que somente em torno do operariado organizado é que poder-se-á estruturar a Frente Única. Por ser o operariado a classe que na estrutura social do nosso país, pode capitalizar e canalizar, numa mesma direção, tanto a revolta das classes médias como a dos trabalhadores rurais. Ao colocar as duas condições para que a Frente Única se estruture, não quero dizer que penso que as organizações devam se abster de iniciativas no sentido unitário. Só que creio que estas condições devem ser perseguidas nos esforços unitários.

4- Penso que na análise do poder no Brasil, na descrição do esquema de forças interessadas na revolução e no programa revolucionário, o documento avança em vários pontos sobre várias publicações feitas anteriormente, mas creio que aí existem diversos pontos discutíveis e mesmo certas incongruências. Entretanto, estes são problemas que podem e devem ser debatidos sobre os dados objetivos que os elucidam. Desde que uma determinada posição não queira se substituir à realidade, fazer da política uma profissão de fé, o progresso seria rápido e o debate levaria a um esclarecimento mútuo.

O documento, assinado em nome da tendência marxista-leninista da ALN, con-

têm elementos importantes que podem transformá-lo em instrumento de abertura de um debate que nos permita avançar na direção da formação da Frente Unica no Brasil, ou seja, dar um passo sério para transformar nossas derrotas recentes em pontos de partida para vitórias decisivas.

IMPRESSÕES DE UMA PRIMEIRA LEITURA

A.Silva, do Coletivo Debate.

A intenção dos companheiros leninistas da ALN de fazer da proposta de auto-crítica o centro de uma luta interna, só pode ser recebida por todos os comunistas brasileiros como uma das mais importantes notícias do passado imediato. No entanto, nem auto-crítica e nem luta interna são palavras mágicas. Não pode existir aprofundamento da auto-crítica se não se discute o que se entende por auto-crítica; e dificilmente uma luta interna terá sucesso se não se basear na discussão dos erros das diversas lutas internas já efetuadas nas diversas organizações revolucionárias brasileiras.

Nesse sentido, gostaríamos de apontar algumas insuficiências que traz o primeiro projeto do documento. Existem dois tipos de questão a distinguir : a) as que se referem às bases do marxismo-leninismo, b) as que se referem à visão que se tem da sociedade brasileira. Julgamos que no atual momento da luta interna, os pontos que se referem à sociedade brasileira podem, momentaneamente, ser colocados num plano secundário. As diversas experiências de luta interna nos mostram que divergências sobre as questões da análise da sociedade brasileira, da estratégia da revolução, só podem ser confrontadas eficazmente quando as várias partes possuem em comum pelo menos uma mesma compreensão do marxismo-leninismo. Os camaradas da ALN, como um todo, estão bem longe de ter este mínimo de homogeneidade em relação ao marxismo. Por isso, não vale a pena insistir em questões como a do "desenvolvimento capitalista brasileiro", "caráter e etapa da revolução", deixando-as para uma fase em que tivermos um mínimo de concordância sobre do que fazer auto-crítica!

O ponto de partida da proposta de auto-crítica dos companheiros é correto: "...nem a repressão brutal, nem o surto desenvolvimentista podem ser responsabilizados pelo nosso desligamento das massas". "...devemos buscar as causas de nossos fracassos em nossos erros, fundamentalmente em uma concepção errônea de como levar à frente a nossa revolução! (o grifo é nosso)

No entanto, a continuação decepciona. Os camaradas apontam como razão básica dos erros da ALN o desvio da linha da Conferência de 67. Esse desvio ocorreu segundo os companheiros devido ao : 1)"enorme afluxo de elementos da pequena burguesia radical", 2)"contrabando ideológico do debrayismo".

Além de auto-crítica não ser "meas ou nostras" culpas, não é muito menos

jogar a responsabilidade num dito "afluxo" de elementos da pequena-burguesia radical que seriam portadores do paganismo debrayista. Se quisermos compreender a fase de "euforia armada" de 69-70 teremos: 1) que ir um pouco mais longe nesta questão do "afluxo"; 2) sermos um pouco mais sinceros na identificação das responsabilidades.

Porque "afluíram" os elementos da pequena burguesia radical em grande maioria às organizações "guerrilheiras" e particularmente à ALN?

A repressão ao movimento estudantil nos fins de 68 colocou na inatividade um número enorme de elementos avançados da massa estudantil que, de politização recente, tinham tido uma certa prática revolucionária sobretudo nos movimentos de massa de 68. Esses companheiros, com grande ímpeto revolucionário, mais ainda carentes de uma compreensão do marxismo, possuíam um imenso potencial de ação, que foi frustrado pelas medidas repressivas de fins de 68 (Ato 5) e o consequente refluxo do movimento de massas. Na radicalização em que estavam, palavras de ordem como "ação pela ação", "discussão só divide", "construção do partido é burocratismo" encontravam um auditório favorável. E ainda mais quando reforçados pela consigna "O dever de todo revolucionário é fazer a revolução" (contra "unir-se ao povo para unir o povo", para que este faça a revolução).

Os "críticos da imobilidade do PCB, portadores das palavras de ordem imediatistas cubanas são responsáveis pela "febre de ação" que se desencadeou entre esses elementos avançados do movimento estudantil. Dizer que o desvio se deve a estes últimos é falta de sinceridade revolucionária. Esse desvio já existia na organização que os atraiu e os recrutou. Trata-se então de analisar como se engendrou uma falsa concepção na organização.

Os fatores principais que originaram essa concepção não são atributos exclusivos da ALN. Existiram em maior ou menor grau em todas as organizações que se formaram das lutas internas de post-64. E é no mínimo aí que necessitamos buscar os erros. São essencialmente dois a nosso ver: 1) crítica superficial dos erros do PCB, PCdoB e POLOP; 2) erros graves na prática de luta interna.

Parece cômico, mas são os dois mesmos erros que arriscamos repetir!

1) crítica superficial dos erros do PCB, PCdo B e POLOP: foram raras as análises críticas sobre as concepções das organizações no período das lutas internas. A fraqueza teórica dos elementos que impulsionaram estas lutas internas no período 64-67 contribuíram para isso. Podemos mesmo dizer que para um conjunto grande dos quadros intermediários e bases das diferentes organizações em formação, a crítica à prática do PCB etc. não ia muito longe dos jargões. Para esse conjunto o livro de Debray caiu como uma luva. Por outro lado, as poucas tentativas de uma crítica séria às antigas concepções foram elaboradas nas cúpulas e muitas vezes não transitavam nem entre elas. As bases das organizações

ficaram com os sub-produtos dessas críticas para se degladiarem nas assembléias universitárias : o caráter da revolução - um ponto primordial mas que teria sido de efeito bem mais positivo se as direções tivessem efetuado uma verdadeira luta ideológica para "editarem" seus documentos, formando assim suas bases no marxismo. Seria inútil aliás, fazer um inventário dos órgãos de debate inter-organizações. É ainda interessante notar que os futuros militantes da ALN são aqueles que mais se abstiveram deste processo, impulsionados talvez pelo tipo de crítica que os comunistas de São Paulo fizeram do PCB e pelas consignas de "chega de reuniões infundáveis, o negócio é ação armada".

A responsabilidade do não aprofundamento da crítica e a conseqüente falta de formação dos quadros das organizações cabe aos líderes da luta interna do PCB (no que se refere à ALN). Isso vai contribuir para que esses mesmos quadros dominem a organização com "o pequeno livro do sr. Debray numa mão e uma metralhadora na outra". Uma imagem que atraiu inúmeros militantes estudantis.

Talvez ao apontar os erros de origem de Marighella e Câmara Ferreira estaremos dificultando uma maior aglutinação de companheiros da ALN em torno da auto-crítica atual. Não fazer isso seria um oportunismo da mesma ordem daqueles que estamos tentando apontar. Auto críticas leves para aglutinar mais - grande ilusão da qual todos temos recordações.

2) erros na prática da luta interna: -A superficialidade da crítica aos partidos e organizações tradicionais contribuíram, nos anos que se seguiram ao de 64, para polarizar os militantes revolucionários em bases tão elásticas que não duraram muito. Não vamos aqui tratar de detalhar os processos de luta interna como eles se passaram nas diferentes organizações, mas vale a pena distinguir duas fases. Uma primeira -a dos rompimentos precoces que formaram por um lado pequenas organizações estaduais ou mesmo municipais que não participaram organizadamente de um processo crítico. Essas em geral nunca se constituíram em organizações importantes, indo mais tarde aderir sem grandes discussões de princípios às organizações "guerrilheiras". Nessa estavam principalmente as DI.s do PCB. Ao mesmo tempo, lutas internas que para conseguirem manter um mínimo de unidade e uma homogeneidade do processo crítico entraram num processo moroso que não mostrava resultados imediatos na prática destas organizações (expls. ALA e POC).

Numa segunda fase, a Corrente rompe. A formação do PCBR repete os métodos peníveis que usaram a ALA e o POC. O que vai se distinguir como método de organização é a ação de Marighella. Observando talvez que os longos processos de discussão das outras organizações levavam a uma nova "inércia", optou por um sistema de alianças com as organizações pequenas e dispersas no território nacional e assim formou uma grande organização sem programa único e sem estratégia única. Talvez um único princípio as unia - a ação armada.

Se por um lado a ALA, o POC e o PCBR entraram em desvios talvez por terem uma concepção de "maquete" do partido leninista e por isso não serem flexíveis para a ação, a ALV assim como a VPR encontravam essa flexibilidade na ausência de uma concepção de partido. Se é verdade que no documento de 67 constava a idéia de "...construir um partido sem o qual as tarefas da revolução não poderiam ser levadas adiante", esta idéia ficou no papel.

Se queremos "...buscar as causas de nossos fracassos em nossos erros, fundamentalmente em uma concepção errônea de como levar à frente a revolução..." temos que começar por discutir a nossa concepção de como levar à frente a nossa auto-crítica e nossa luta interna.

Não levaremos nada à frente se começarmos a enxergar os erros em afluxos de contrabandistas do debrayismo... Se os elementos avançados da massa estudantil, recém-formados numa prática estreita, contribuíram para acentuar os desvios anti-leninistas, não podemos isentar os Comunistas de São Paulo de já o portarem na sua luta interna, e mais tarde, animados pelos sucessos propagandísticos das ações e pela interessante possibilidade de engrossarem suas fileiras, fazerem desses desvios a bandeira da organização. A prática da construção da ALN como organização revolucionária nada teve a ver com o leninismo.

Convidamos pois os companheiros revolucionários que iniciam este processo auto-crítico a aprofundarem essas questões para evitar assim de repetir os erros das lutas internas anteriores; assim como para chegarmos em conjunto à elaboração de uma linha de reconstrução de uma organização leninista. Estamos dispostos a participar deste debate desde que comecemos por homogeneizar as nossas compreensões do leninismo.

(...)

Como as questões sobre as quais queríamos apontar discordância são numerosas, não tivemos a preocupação de apontar os pontos positivos do documento. Simplesmente aplaudir o que foi dito de correto não ajuda em nada. E o aprofundamento dos pontos positivos será objeto da continuação do debate do qual temos a intenção de participar ativamente.

Saudações revolucionárias.

INDICE

EDITORIAL: <u>A DITADURA E A HEGEMONIA DA OLIGARQUIA MONOPOLLISTA</u> -----	p. 3
CARLOS MARIGHELLA : <u>A CRISE BRASILEIRA (conclusão)</u> -----	p. 12
<u>O CÍRCULO</u> : O CAMINHO OPERÁRIO NA LUTA CONTRA A DITADURA -----	p. 23
<u>TENDÊNCIA LENINISTA DA ALN</u> : <u>UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA</u> -----	p. 30
Discussão do documento <u>Uma Autocrítica Necessária</u> :	
Fernando de Andrade : <u>Por um programa marxista da revolução brasileira</u> -p.	47
Paulo Lemos : <u>Uma importante tomada de posição</u> -----	p. 51
A. Silva : <u>Impressões de uma primeira leitura</u> -----	p. 54

DEBATE, órgão marxista a serviço da luta contra a autocracia militar-burguesa,
da luta anti-imperialista
da libertação do povo brasileiro
do socialismo

DEBATE, instrumento de luta pelo REAGRUPAMENTO PARTIDÁRIO DOS MARXISTAS DO
BRASIL!